

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS À SOCIEDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFRO

EXERCÍCIO 2025

Relatório
de
Gestão
do
Exercício
de
2025,
apresentado
à
Comunidade
Interna,
aos
Órgãos
de
Controle
e
à
sociedade
como
parte
da
Prestação
de
Contas
Anual.

Porto Velho, Rondônia
Março, 2026

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

DIRIGENTES

Reitor

Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Pró-Reitor de Administração

Elisandro de Moura Martins

Pró-Reitor de Ensino

Jean Peixoto Campos

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Xênia de Castro Barbosa

Pró-Reitora de Extensão

Érica Patrícia Navarro de Souza

Diretora de Gestão de Pessoas

Cleonice Cabral Costa

Diretor de Educação a Distância

Saulo Souza de Macedo (até 3 de setembro de 2025)

Marcel Leite Rios (a partir de 3 de setembro de 2025)

Diretor-Geral do Campus Ariquemes

Adriano Marcos Dantas da Silva

Diretor-Geral do Campus Cacoal

Adilson Miranda de Almeida

Diretor-Geral do Campus Colorado do Oeste

Marcos Aurélio Anequine Macedo

Diretora-Geral do Campus Guajará-Mirim

Elaine Oliveira Costa de Carvalho

Diretor-Geral do Campus Jaru

Renato Delmônico

Diretora-Geral do Campus Ji-Paraná

Leticia Carvalho Pivetta

Diretor-Geral do Campus Porto Velho Calama

Willians de Paula Pereira

Diretor-Geral do Campus Porto Velho Zona Norte

Jeferson Cardoso da Silva

Diretor-Geral do Campus São Miguel do Guaporé

Mauro Sérgio Demício

Diretor-Geral do Campus Vilhena

Rodrigo Alécio Stiz

ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO IFRO - EXERCÍCIO 2025

Organizadores - Equipe da Diretoria de Planejamento do IFRO

Beatriz Bezerra Pereira da Costa

Nicole de Moura

Diagramação

MENSAGEM DO REITOR

Este documento, Relatório de Gestão 2025, visa expor os desafios, refletir sobre as fragilidades e descrever as conquistas da Gestão 2023-2027 do IFRO. Em todo o texto, pelas atividades desenvolvidas ao longo do ano em questão, percebe-se o comprometimento de gestores e gestoras na promoção de ações que visam atingir os objetivos institucionais consignados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como no que prevê o Art. 6º da Lei 11.892/28, que criou a Rede Federal. À leitura!

2025 foi mais um ano muito desafiador para a Gestão 2023-2027. Não bastasse trabalharmos com um calendário letivo ainda muito ajustado, devido ao início tardio das atividades acadêmicas, ainda em decorrência do período paredista ocorrido em 2024, o orçamento institucional continuou aquém das demandas existentes, além da insuficiência de força de trabalho. Em praticamente todas as unidades do IFRO, as demandas são sempre superiores ao número disponível de servidores, sobretudo técnicos administrativos em educação.

Do orçamento de LOA previsto para 2025, recebemos apenas 1/18 avos em parte considerável do ano. O natural é que o recurso fosse distribuído em 12 partes e à disposição das instituições mensalmente para a execução. Soma-se a essa questão, o fato de os recursos oriundos de emendas parlamentares chegarem apenas em agosto e, em dezembro, cerca de 20% das emendas recebidas serem cortados.

A realidade orçamentária descrita acima não apenas fragilizou as ações, como também (e é o mais grave) impediu que o planejamento anual fosse executado como fora pensado. Nesse contexto, replanejar mensal, bimestral e trimestral e, às vezes, semestralmente, foi o verbo que mais conjugamos no ano

em tela. Eventos institucionais, cuja previsão inicial ocorreriam ao longo do ano, foram executados apenas no último quarto do ano.

No entanto, mesmo com cenário, por vezes, adverso avançamos muito, sobretudo nas áreas finalísticas, Ensino, Pesquisa e Extensão, na saúde e qualidade de vida no trabalho, bem como nas ações, via projetos especiais, destinadas à sociedade e em infraestrutura.

Implantamos o projeto de 'Alimentação Escolar, direito de todos', o que oportunizou, pela primeira vez no IFRO, que alunos do período noturno tivessem acesso a pelo menos a um lanche diário. Conseguimos aprovação no PROFLETRAS, um curso de Mestrado em Rede voltado ao público interno e externo. Realizamos a primeira BIPEI, Bienal de Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, bem como sediamos o 9º Encontro Nacional das Editoras da Rede Federal (ENEDIF). Aumentamos em 27%, em relação ao ano anterior, o número de Editais de Pesquisa e em 46% o de Bolsistas. Foram 7 novos softwares registrados em 2025.

Realizamos a segunda edição da Semana Rondoniense de Patrimônio, Arte e Cultura; a segunda edição da Feira da Agricultura Familiar e Agroecológica e tivemos cerca de 7.000 matrículas em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Retomamos a realização do Seminário de Inclusão e Diversidade (SEIND) e do Fórum dos Servidores Técnico-administrativos em Educação (FOSTAE).

A valorização das pessoas é elemento central para o fortalecimento da instituição, por isso lançamos o 'Programa Sempre Ativo', que visa oferecer orientação processual, educação financeira e apoio psicológico a aposentados, pensionistas e servidores que estão próximos de se aposentarem; lançamos o primeiro edital de fomento da Política de Saúde e Qualidade de Vida do IFRO. Implantamos a plataforma *WELLHUB*, destinado a todos os servidores, com o oferecimento de serviços e atividades de bem-estar físico e mental.

Dedicamos esforços nas ações de integridade institucional, com o objetivo de ampliar a lisura, a transparência e a efetividade no atendimento às demandas da sociedade, em busca da confiança e credibilidade da sociedade na gestão pública. Ofertamos o curso de mediação e gestão estratégica de conflitos com foco na alta gestão; reestruturamos o Comitê de Integridade; promovemos orientações e eventos de combate ao assédio e criamos as 'Câmaras de Conciliação e Mediação de Conflitos do IFRO'.

Implantamos o 'Espaço de Acolhimento e Proteção' em todas as unidades do IFRO, com objetivo de abrigar, com segurança e bem-estar, os filhos de alunos e servidores, enquanto estes estiverem em atividades acadêmicas e/ou laborais. Avançamos na criação da Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do Instituto Federal de Rondônia (FAIFRO).

Pelo segundo ano consecutivo, o IFRO bateu recorde de captação de emendas parlamentares, o que oportunizou executar, ao longo do ano, 28 projetos especiais que impactaram de forma positiva a vida de milhares de pessoas em todas as regiões do Estado de Rondônia.

Entregamos 6 novas grandes obras; assinamos ordens de serviço para construção de 4 Restaurantes Estudantis e de 2 bibliotecas. Investimos na reestruturação da frota de veículos institucionais, com 6 caminhonetes e 5 ônibus. No ano de 2026, avançaremos muito mais, priorizando atividades e ações que beneficiam as pessoas, servidores, alunos e comunidade externa, na promoção de uma formação integral que promova Bem comum e Justiça social.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso em continuar o trabalho institucional com plena atinência aos preceitos legais e morais, movidos pela transparência, lisura e responsabilidade na Gestão do IFRO. Muitas outras conquistas virão.

Boa leitura!

Moisés José Rosa Souza
Reitor

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

Porto Velho, março de 2026

SUMÁRIO

Apresentação

Legislação Relacionada

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1. Identificação do IFRO e declaração da sua missão e visão

1.2. Principais normas direcionadoras de sua atuação

1.3. Estrutura organizacional e de governança

1.4. Modelo de Negócios

1.5. Cadeia de Valor

1.6. Contratos de gestão firmados e sua integração no valor gerado pelo IFRO

1.7. Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pelo IFRO

2. Riscos, Oportunidades e Perspectivas

3. Governança, Estratégia e Desempenho

4. Resultados das principais áreas de atuação do IFRO

4.1. Ensino

4.1.1 Ensino a distância

4.2. Pesquisa

4.3. Extensão

4.4. Gestão Orçamentária e Financeira

4.5. Gestão de Custos

- 4.6. Gestão de Pessoas
- 4.7. Gestão de Licitações e Contratos
- 4.8. Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- 4.9. Desenvolvimento Institucional e Gestão da Tecnologia da Informação
- 4.10. Sustentabilidade Ambiental
- 5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
- 6. Lista de Quadros, Tabelas e Figuras

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, é uma unidade da Administração Pública Federal, definida como UPC ou Unidade Apresentadora de Contas (UAC), nos termos do § 1º do art. 9º da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 2020. Desta forma, a instituição deve apresentar e divulgar na internet informações e análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício de 2025, com vistas ao controle social e ao controle institucional previstos nos artigos 70, 71 e 74 da Constituição Federal, observadas as disposições da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 2020, e da Decisão Normativa-TCU nº 198, de 2022.

O propósito da prestação de contas é assegurar a transparência e a responsabilização na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos, com uma visão estratégica e de orientação para o futuro, a aplicação dos recursos públicos e seus impactos na sociedade.

Em 2020, o TCU estabeleceu oficialmente (IN 84/2020) a elaboração do Relatório de Gestão (RG) na forma de Relatório Integrado (RI). E com base no Relatório de Gestão - Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado o IFRO definiu por utilizar o formato de relato integrado, pensando no Relatório de Gestão como um documento conciso, com foco estratégico, e com o objetivo de divulgar os principais resultados finalísticos alcançados ao longo do exercício de referência (2025). Reúne também informações relevantes da gestão, como demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de forma organizada, o que permite uma visão sistêmica de todo o Instituto Federal de Rondônia.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA

[Instrução Normativa TCU nº 84/2020](#): Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente.

[Relatório de Gestão - Guia para elaboração na forma de Relato Integrado](#) - 2020, revisado em 2022.

[Decisão Normativa TCU nº 198/2022](#): Estabelece normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso III e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020.

[Portaria TCU nº 58, de 26 de março de 2025](#): Atualiza e divulga a relação das Unidades Prestadoras de Contas (UPC) do exercício de 2025.

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

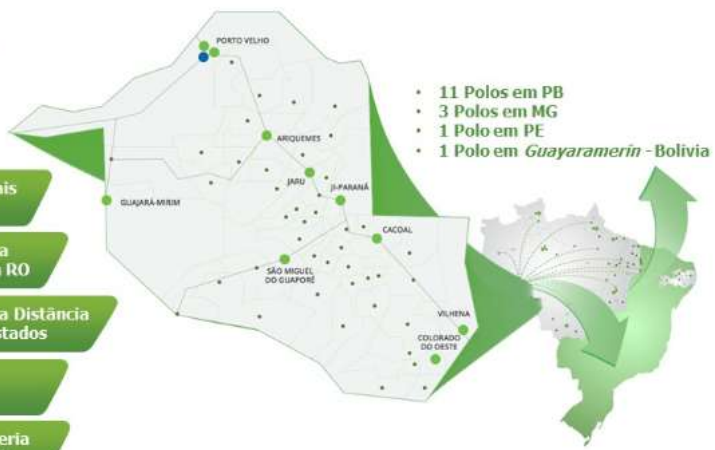
1.1. Identificação do IFRO e declaração da sua missão e visão

As instituições federais de educação profissional, que compõem a hoje denominada Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets). Em 29 de dezembro de 2008, com a [Lei nº 11.892](#), 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Atualmente, o IFRO é composto por uma Reitoria, dez campi implantados e em funcionamento, uma unidade em implantação (o Ministério da Educação (MEC) autorizou a construção do *Campus Buritis* em 25 de fevereiro de 2026, conforme [notícia publicada no Portal do MEC](#), e setenta e dois polos EAD assim distribuídos:

Figura 1. Distribuição geográfica do IFRO

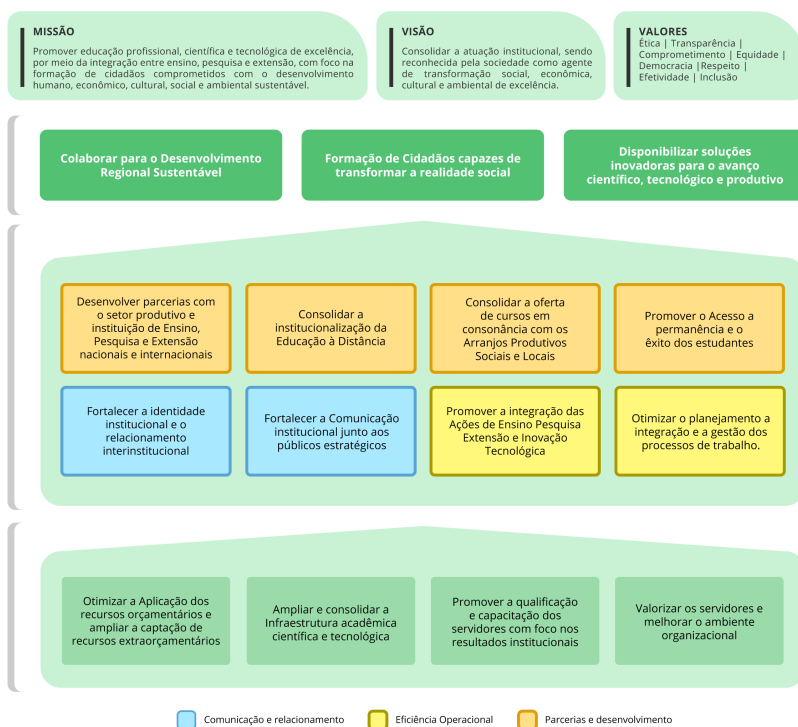
- 10** Unidades presenciais (Campus)
- 44** Polos de Educação a Distância (EaD) em RO
- 15** Polos de Educação a Distância (EaD) em outros estados
- 01** Polo EaD Internacional
- 12** Polos EaD em parceria com a CAPES (UAB)



Os cursos atualmente ofertados têm suas informações disponibilizadas no Portal do IFRO, na página [Nossos Cursos](#).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), instituição especializada na oferta de educação profissional e tecnológica atuando na educação básica e superior, na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços em estreita articulação com a sociedade, é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. Temos como missão “Promover educação profissional, científica e tecnológica de excelência, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano, econômico, cultural, social e ambiental sustentável.” e trabalhamos para “Consolidar a atuação institucional, sendo reconhecida pela sociedade como agente de transformação social, econômica, cultural e ambiental de excelência.” Para o período 2023-2027, são Objetivos Estratégicos da instituição:

Figura 2. Mapa Estratégico do IFRO



1.2. Principais normas direcionadoras de sua atuação

Em suas ações, o IFRO observa a legislação estabelecida em nível nacional, e também institui normas internas, de forma democrática e participativa. Cada Pró-Reitoria e Diretoria Sistêmica observa, principalmente, as seguintes normas na execução de suas atividades:

Quadro 1. Normas Direcionadoras

Área	Principais Normas Direcionadoras
	<p>Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998: Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. • Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005: Dispõe sobre o sistema de

<p>Chefia de Gabinete</p>	<p>de Internas</p> <ul style="list-style-type: none"> Correção do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008: Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019: Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. <ul style="list-style-type: none"> Resolução nº 61/CONSUP/IFRO, de 18 de dezembro de 2015: Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2015: Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Portaria nº 703/REITORIA - /REIT - CGAB/IFRO (SEI nº 0006247), de 12 de abril de 2017: Dispõe sobre a criação e utilização de sites e páginas nas mídias sociais em nome do Instituto Federal de Rondônia, bem como orienta como serão administradas com o objetivo de fortalecer os canais institucionais. Instrução Normativa nº 1/2017/REIT - CGAB/REIT (SEI nº0066839): Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos para os serviços de publicação de documentos de caráter oficial nos sites do Instituto Federal de Rondônia – IFRO. Portaria nº 1420/REIT - CGAB/IFRO (SEI nº 0023501), de 31 de julho de 2017: Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEIIFRO) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do IFRO, define normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico, e dá outras providências. A Resolução nº 24/REIT - CONSUP/IFRO, de 9 de julho de 2019: Regulamenta o ingresso de discentes nos Cursos Técnicos e Superiores e a reserva de vagas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, e alterações posteriores.
<p>Pró-Reitoria de Ensino</p>	<p>Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010: Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024: Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portaria 1.095, de 25 de outubro de 2018: Dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino. Portaria 360, de 18 de maio de 2022: Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. <p>Internas</p> <ul style="list-style-type: none"> Resolução nº 87/CONSUP/IFRO, de 30 de dezembro de 2016: Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Resolução nº 88/CONSUP/IFRO, de 26 de dezembro de 2016: Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Resolução nº 23/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018: Dispõe sobre a aprovação dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Resolução nº 34/CONSUP/IFRO, de 28 de maio de 2020: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de procedimentos para elaboração, reformulação, e atualização de projetos pedagógicos, e suspensão e extinção da oferta de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 17 de dezembro de 2021: Dispõe sobre a Aprovação do novo Regulamento da Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Resolução nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 07 de março de 2023: Dispõe sobre o Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).
	<p>Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008: Regulamenta o inciso VII do § 1º do

Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	<p>art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei nº. 13.243, de 11 de janeiro de 2016: Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e dá outras providências. • Resolução nº 1/CNE/CES, de 6 de abril de 2018: Diretrizes e normas para a oferta dos cursos de Pós-graduação Lato Sensu; • Lei nº. 14.874, de 28 de maio de 2024: Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. • Portaria nº 379, de 17 de Dezembro de 2024: Estabelece o calendário do processo de Avaliação de Permanência 2021-2024 e das atividades da avaliação da pós-graduação stricto sensu para o ano de 2025. <p>Internas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resoluções nº 26/2011/CONSUP/IFRO e nº 45/REIT - CONSUP/IFRO, de 02 de setembro de 2025 (Política de Inovação do IFRO). • Resolução nº 16/CONSUP/IFRO, de 03 de julho de 2015- Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO • Resolução nº 23/CONSUP/IFRO, de 09 de julho de 2015: Dispõe sobre o Regulamento de concessão de bolsas de pesquisa, extensão, desenvolvimento, inovação, intercâmbio e taxa de bancada, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. • Resolução nº 26 /CONSUP/IFRO, de 22 de Julho de 2015: Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa-PIP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. • Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. • Resolução nº 36/CONSUP/IFRO, de 17 de junho de 2020: Regulamento de Elaboração e Reformulação de PPCs de Pós-graduação Lato Sensu • Instrução Normativa nº 5/2021/REIT- PROPESP/REIT: Estabelece os procedimentos, direitos e obrigações relativos ao Registro de Programas de Computador. Doc. SEI 1389781. • Resolução nº 28/REIT - CONSUP/IFRO, de 11 de outubro de 2022: Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu • Instrução Normativa nº 1/2024/REIT - PROPESP/REIT: Estabelece os procedimentos relativos ao acompanhamento e prestação de contas de projetos de pesquisa e inovação, no âmbito do Programa Institucional de Pesquisa (PIP) do IFRO e, revoga as Instruções Normativas Nº 1/2021 (Doc. SEI nº 1189355), Nº 3/2021 (Doc. SEI nº 1311318) e Nº 6/2021 (Doc. SEI nº 1412016). Doc. SEI 2439592. • Resolução 35/CONSUP/IFRO, de 30 de junho de 2025 - Dispõe sobre o Regulamento da Concessão de Auxílio Financeiro a Pesquisador (AFP) no âmbito do IFRO • Resolução 4/CONSUP/IFRO, de 02 de setembro de 2025 - Dispõe sobre o Regulamento do Programa Institucional de Pesquisa (PIP) no âmbito do IFRO; • Resolução nº 49/CONSUP/IFRO, de 21 de outubro de 2025: Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu; Diretoria de Pesquisa e Inovação.
Pró-Reitoria de Extensão	<p>Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parecer CNE/CES nº 608/2018: Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. • Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018: Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201. • Parecer CNE/CES nº 576/2023: Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. <p>Internas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolução nº 25/CONSUP/IFRO, de 10 de julho de 2015: Dispõe sobre o regulamento de Organização Administrativa das ações da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO. • Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 30 de maio de 2017: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento de Extensão do IFRO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. • Resolução nº 44/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017: Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. • Resolução nº 45/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017: Dispõe sobre a aprovação da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. • Resolução Consup/IFRO nº 02, de 20 de janeiro de 2022: Dispõe sobre a aprovação da Política de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. <p>Nacionais</p>

Pró-Reitoria de Administração	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. • Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992: Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. (atualizada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021). • Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. • Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	<p>Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. • Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. • Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020: Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. • Portaria nº 713, de 8 de setembro de 2021: Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II, define parâmetros e normas para a sua expansão e dispõe sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II. • Portaria nº 646, de 25 de agosto de 2022: Institui a Matriz de Distribuição Orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e ao Colégio Pedro II, que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT. <p>Internas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resolução Consup/IFRO nº 1, de 5 de Janeiro de 2024: Dispõe sobre aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). • Portaria nº 1.310/REIT - CGAB/IFRO, Doc. SEI 2333112.de 05 de julho de 2024: Dispõe sobre a Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2023-2027 (PDTIC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). • Recomendação 1/2023/REIT - PI/REIT - PRODIN/REIT - IFRO Doc. SEI 2160058, de 04 de janeiro de 2024: Sistematiza informações relativas à regulação e avaliação dos cursos de graduação ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. .
Diretoria de Gestão de Pessoas	<p>Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019: Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. • Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022: Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. <p>Internas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portaria Normativa nº 2.171,Doc. SEI 2448475. de 25 de outubro de 2024: Estabelece os procedimentos gerais a serem observados no âmbito do IFRO, relativos à implementação de Programa de Gestão e Desempenho (PGD). • Resolução nº 86/CONSUP/IFRO/2016, de 26 de dezembro de 2016: Dispõe sobre o Regulamento de Concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências RSC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. • Portaria nº 255/REIT - CGAB/IFRO/2020 Doc. SEI 0830582. de 07 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre Ação de Desenvolvimento em Serviço para fins de qualificação em programa de pós-graduação stricto sensu (ADS-Pós). • Resolução nº 32/CONSUP/IFRO/2010, de 6 de agosto de 2010: Dispõe sobre a regulamentação da Avaliação de Desempenho dos servidores ocupantes de cargos Técnico-Administrativos em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. • Resolução nº 2/REIT-CONSUP/IFRO/2024 - Política de Saúde e Qualidade e Vida no Trabalho Doc. SEI 2010551.
	<p>Nacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Estabelece as diretrizes e

Estratégica (1), Gestão Tática (2) e Gestão Operacional (3 e 4). É organizado por meio de órgãos colegiados que representam a alta administração, setores administrativos na Reitoria e nos campi, além de órgãos colegiados com atribuições consultivas e deliberativas.

A política de governança do IFRO segue os princípios estabelecidos pelo Decreto nº 9.203/2017 e demais regulamentos normativos relacionados. Esses princípios incluem: Integridade, Confiabilidade, Melhoria Regulatória, Prestação de Contas e Responsabilidade, Transparência e Capacidade de Resposta. A estrutura de governança do IFRO é organizada da seguinte forma:

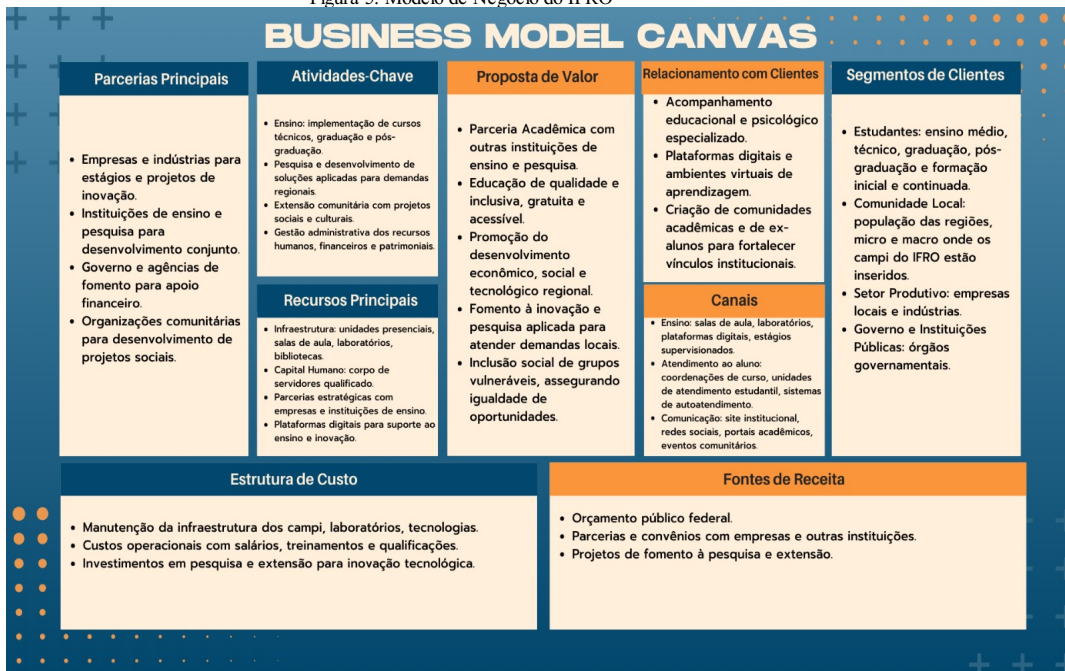
Figura 4. Estrutura de Governança



1.4. Modelo de Negócios

O modelo de negócio do IFRO, elaborado a partir das informações constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027, visa proporcionar uma visão clara e integrada das operações da instituição, alinhando suas atividades à missão institucional de promover o desenvolvimento educacional, social e tecnológico da região, de forma eficiente e sustentável.

Figura 5. Modelo de Negócio do IFRO



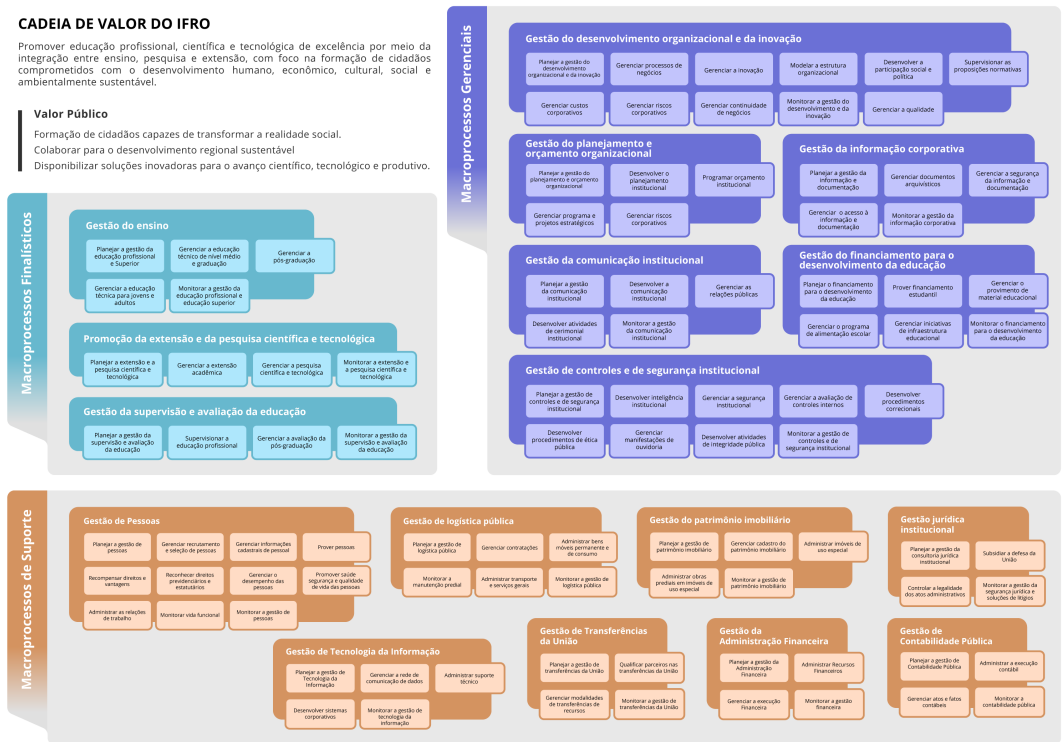
1.5. Cadeia de Valor

A forma como as atividades da cadeia de valor são organizadas e executadas determina os custos e afeta os resultados da organização. A decomposição da cadeia de valor em atividades permite analisar suas forças e fraquezas, fontes de custo, indicadores e o potencial de diferenciação dos macroprocessos de negócio. Permite também identificar sobreposições, lacunas e deficiências nas atividades da organização, criando oportunidades para integrar, coordenar e melhorar processos e sistemas.

Já a diferenciação entre as atividades primárias (macroprocessos finalísticos) e de suporte (macroprocessos de gerência e apoio) permite estabelecer relações de causa e efeito mais precisas entre os

processos executados cotidianamente na organização e os objetivos definidos em seu mapa estratégico. Este instrumento reúne o diagnóstico do ambiente interno e externo dos processos e análise dos normativos constitutivos do IFRO, por meio de um diagrama que descreve todos os seus macroprocessos e respectivos processos.

Figura 6. Cadeira de Valor do IFRO



1.6. **Contratos de gestão firmados e sua integração no valor gerado pelo IFRO**

O contrato de gestão é um acordo firmado entre o Poder Público e órgãos e entidades da Administração direta, indireta, ou com entidades privadas qualificadas como organizações sociais, com o objetivo de ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dessas entidades, ou oferecer diferentes tipos de apoio, além de estabelecer metas de desempenho para a realização de seus objetivos. Esse contrato funciona como um instrumento para garantir que as políticas públicas elaboradas pela administração estratégica sejam efetivamente implementadas pelos órgãos e entidades responsáveis por atividades exclusivas do Estado. Ele envolve o estabelecimento de objetivos e metas a serem cumpridos durante a vigência do contrato, juntamente com a definição de indicadores adequados para a avaliação objetiva dos resultados, o que possibilita um monitoramento eficaz das políticas, assegurando que elas atendam às demandas e expectativas da sociedade. Os contratos de gestão firmados pelo IFRO são publicados tanto no [Portal do IFRO](#), na [página de Licitações e Contratos](#) como no [Portal do Governo Federal](#), na [busca pela UASG 158148](#).

1.7. **Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pelo IFRO**

O IFRO está inserido no Estado de Rondônia como uma instituição de grande representatividade no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Inovação, gerando soluções para demandas sociais e do setor produtivo. Essas demandas não se limitam aos setores econômicos, envolvem também as questões ambientais, sociais e culturais. Sua atuação está voltada para a oferta de ensino, pesquisa e desenvolvimento de inovações que contribuem para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

As relações do Instituto Federal de Rondônia com a comunidade são marcadas por diversas ações, programas e projetos que se estabelecem por meio da diversidade de áreas do conhecimento atendidas pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão. As atividades de ensino reforçam as parcerias com a comunidade por meio da oferta de cursos que atendem as necessidades regionais; os programas de incentivo à permanência, que impactam social e economicamente a sociedade; e os programas de assistência estudantil, que viabilizam a permanência e o êxito dos estudantes nas atividades acadêmicas e extracurriculares, bem como sua participação em eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos.

A pesquisa desenvolvida na Instituição tem proporcionado a sua inserção local, regional, nacional e internacional. Vários são os grupos de pesquisa que realizam intercâmbio, troca de experiências e conhecimentos com grupos consolidados dentro e fora do Brasil. A extensão do IFRO tem contemplado diversas ações de cunho científico, tecnológico, social, cultural e econômico, que proporcionam o fortalecimento de parcerias com a comunidade e instituições públicas e privadas.

2. **RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS**

Entre as nove finalidades dos Institutos Federais, apresentadas na [Lei de Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica \(RFEPC/T\)](#), seis estão diretamente ligadas à oferta de cursos, formação integral e verticalização. Assim, destacamos os riscos e dificuldades enfrentadas pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) no exercício 2025.

O desenvolvimento das ações da Pró-Reitoria de Ensino em 2025 esteve condicionado a desafios e incertezas relacionados, principalmente, às restrições orçamentárias, à limitação da capacidade operacional frente à amplitude das demandas institucionais e à dependência de decisões e anuências de instâncias superiores para a execução de determinadas ações. Destacam-se, ainda, os impactos decorrentes das mudanças nas políticas nacionais da Educação Profissional e Tecnológica, do Ensino Médio, das

Licenciaturas e da Educação de Jovens e Adultos, que exigiram constantes adequações institucionais, revisões de documentos normativos e reorientação de processos formativos e pedagógicos.

Entre os principais riscos identificados, incluem-se o atraso ou a não execução de ações previstas por insuficiência de recursos financeiros, a sobrecarga das equipes técnicas, a necessidade de alinhamento entre normativas internas e legislações externas em constante atualização e a dependência de melhorias sistêmicas para a consolidação dos processos acadêmicos. Essas condições demandaram da Pró-Reitoria a priorização estratégica das ações e o redirecionamento de esforços ao longo do exercício.

Por outro lado, a Pró-Reitoria de Ensino soube aproveitar oportunidades institucionais relevantes, como o fortalecimento do trabalho integrado entre diretorias e pró-reitorias, a ampliação do uso de ferramentas digitais e sistemas institucionais, especialmente o SUAP, a sistematização e disponibilização de materiais instrutivos no Repositório Institucional do IFRO, bem como a intensificação das ações formativas e de assessoramento aos *campi*. Destaca-se também a atuação em fóruns, encontros e eventos formativos, em especial aqueles voltados à EJA-EPT, ao Ensino Médio Integrado e às Licenciaturas, ampliando o diálogo institucional e a qualificação das práticas pedagógicas.

No que se refere ao cumprimento de leis e regulamentações, não foram identificadas situações de descumprimento deliberado de normativas legais. As adequações em curso decorrem, em sua maioria, da necessidade de alinhamento institucional a novas legislações e diretrizes nacionais, bem como da dependência de deliberações internas e da disponibilidade de recursos para a implementação integral de algumas ações. Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Ensino tem atuado de forma preventiva, promovendo a atualização de documentos institucionais, o assessoramento aos *campi* e o planejamento das ações necessárias para garantir a conformidade normativa e o aprimoramento contínuo das políticas de ensino nos exercícios seguintes.

A matriz de riscos e impactos do IFRO para o exercício 2025 foi elaborada por área de atuação: Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Cursos, Licitações e Contratos, Patrimônio e Infraestrutura e Tecnologia da Informação.

Quadro 2. Matriz de Risco e Impacto

Área	Dimensão/ Categoria	Riscos Identificados	Oportunidades Identificadas	Impactos	Estratégias	Ações para as Oportunidades	Fonte do Risco	Prob.	Mag.
Ensino	Acadêmica	Dificuldades na articulação entre ensino, pesquisa e extensão	Ampliar a oferta de cursos alinhados aos APLs	Reduz a relevância das ações institucionais	Investir em capacitação para fortalecer o tripé	Conectar programas com demandas regionais	Falta de financiamento e baixa integração interna	Alta	Alta
Pesquisa	Acadêmica	Descumprimento da carga horária docente e sobrecarga de trabalho	Aprendizagem de boas práticas em editoração (ENEDIF)	Risco de fechamento de cursos de mestrado e redução de submissões	Articulação junto ao CODIR para cumprimento de resoluções	Fortalecer a colaboração na Rede Federal e intercâmbio de práticas	Insuficiência de pessoal e falta de adesão dos <i>campi</i> às normas	Alta	Alta
Extensão	Acadêmica	Incerteza orçamentária e dificuldades de engajamento contínuo	Captação de recursos externos e parcerias institucionais	Impacta a previsibilidade, escala e qualidade das ações	Priorização, articulação e otimização de recursos	Fortalecer parcerias com parlamentares e setor privado	Dependência de orçamento público e instabilidade econômica	Alta	Média
Gestão de Pessoas	Operacional	Desequilíbrio entre demanda e força de trabalho; lacunas por afastamentos	Transformação digital, automação e fortalecimento do PGD	Sobrecarga da gestão e interrupção de cronogramas acadêmicos	Fortalecer políticas de capacitação e saúde ocupacional	Implementar gestão baseada em dados e evidências	Defasagem de cargos e volatilidade normativa	Alta	Alta
Gestão Orç. e Financeira	Financeira	Restrições orçamentárias e contingenciamentos	Melhoria na captação de recursos externos	Compromete a execução de projetos estratégicos	Diversificar fontes de recursos	Captação de recursos através de emendas parlamentares e editais externos	Dependência de orçamento público e instabilidade econômica	Alta	Alta
Gestão de Custos	Operacional	Redução da eficiência operacional por falta de dados precisos	Implementação de políticas eficazes de monitoramento	Perda de capacidade de investimento	Priorizar projetos estratégicos com melhor ROI	Utilizar sistemas integrados para controle de gastos	Limitações de orçamento e processos manuais	Média	Alta
Licitações e Contratos	Governança	Desafios na transparência e conformidade normativa	Padronização de processos e segurança jurídica	Prejudica a confiança e gera apontamentos de órgãos de controle	Criar comitês de governança e guias claros	Adotar boas práticas compartilhadas na Rede Federal	Mudanças políticas e atualizações legais constantes	Alta	Média
Patrimônio e Infraestrutura	Operacional	Limitações na manutenção e expansão física	Expansão alinhada com demandas locais	Compromete a capacidade de atendimento aos alunos	Elaborar projetos para fundos externos	Identificar necessidades locais para financiamento	Baixo investimento e limitações orçamentárias	Alta	Alta
Tecnologia da Informação	Operacional	Instabilidade em sistemas estruturantes e dependência tecnológica	Automação de processos e uso de sistemas integrados	Riscos à celeridade e continuidade dos processos administrativos	Investir em infraestrutura tecnológica e suporte	Migração para modelos de gestão baseados em dados	Infraestrutura limitada e falta de pessoal técnico	Média	Alta
		Dados institucionais dispersos	Remodelagem da cultura	Falta de transparência; Dificuldade do controle interno e social; Direcionamento institucional errôneo.	Elaboração do Projeto Estratégico IFRO Dados, visando a consolidação de dados institucionais atualizados em tempo real.	Uso de dados de forma estratégica, baseando as decisões	Cultura organizacional	Alta	Alta

Desenvolvimento Institucional	Governança	Normas internas e procedimentos inexistentes ou desatualizados	Revisão de normativas	Demora/baixa qualidade nas entregas; Excesso de burocracia	Levantamento de documentos e norteadores existentes e implantação de Repositório Institucional para sistematização das normas.	Alinhamento das normativas internas com as nacionais	Cultura organizacional	Alta	Média
		Cultura organizacional que não valoriza o planejamento	Capacitação de Alta Administração	Gestão ineficiente de recursos; Falta/dificuldade de monitoramento.	Implantação de ferramenta tecnológica para cadastro de planos de trabalho. Planejamento e Execução de Curso de pós-graduação voltado para gestão da RFEPECT, visando a capacitação de servidores, em especial os ocupantes de cargos em comissão.	Nomeação/Designação de servidores para cargos de gestão que tenham conhecimento gerencial	Cultura organizacional	Alta	Alta

3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

A estrutura de governança do IFRO desempenha um papel fundamental no cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição, garantindo a transparência, integridade e eficiência na gestão. Esse modelo de governança está alinhado ao Decreto nº 9.203/2017 e é sustentado por princípios como prestação de contas, confiabilidade, capacidade de resposta e melhoria regulatória. O IFRO mantém um relacionamento próximo com a sociedade e as partes interessadas por meio da participação ativa em fóruns, conselhos e câmaras de desenvolvimento regionais. As políticas institucionais são formuladas considerando as demandas sociais, econômicas e ambientais do estado de Rondônia, garantindo que a missão e visão da instituição reflitam as necessidades da comunidade. A extensão acadêmica é um dos principais canais de relacionamento com a sociedade, promovendo parcerias estratégicas e projetos que fomentam o desenvolvimento local. Programas de assistência estudantil, certificação de competências e apoio à inovação também fazem parte dessa interação institucional.

A gestão de riscos do IFRO é estruturada para identificar e mitigar ameaças que possam comprometer os objetivos institucionais. A Política de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno (PGGRCI) define diretrizes para garantir que os riscos sejam monitorados de maneira contínua e tratados conforme a tolerância institucional ao risco. O IFRO está implementando a ferramenta [UAI Risk](#), uma iniciativa da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE). Essa abordagem permite que uma instituição se antecipe aos desafios operacionais e regulatórios, garantindo o cumprimento das metas e mantendo a confiança das partes interessadas. Além disso, a IFRO adota um Programa de Integridade que previne conflitos de interesse e fortalece a cultura ética na gestão pública.

O acompanhamento e a supervisão da gestão são realizados por meio de um conjunto de órgãos colegiados, incluindo o Conselho Superior (CONSUP) e comitês específicos para avaliação de desempenho e conformidade. Além disso, o [Plano Estratégico Institucional \(PEI\)](#) estabelece métricas e indicadores para monitoramento contínuo, possibilitando ajustes e melhorias nas ações planejadas. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) também desempenha um papel central na supervisão, realizando avaliações periódicas que subsidiam decisões estratégicas e aprimoramentos institucionais. O alinhamento entre os diferentes níveis de gestão (estratégico, tático e operacional) garante que a governança da IFRO contribua eficazmente para o cumprimento de sua missão e visão. A estrutura de governança da IFRO é um pilar essencial para a gestão institucional, promovendo um modelo eficiente, participativo e transparente. Ao estabelecer um diálogo contínuo com a sociedade, gerenciar riscos de forma proativa e garantir uma supervisão rigorosa da gestão, a instituição se mantém alinhada às melhores práticas de administração pública e aos seus objetivos.

O Plano Anual de Trabalho (PAT) contém as ações previstas para serem realizadas pela instituição, tendo como base as diretrizes apresentadas no PDI e os objetivos e metas descritos no PEI. Para sua elaboração, o PAT também considera o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). No plano de trabalho são consolidadas todas as informações sobre o objetivo a ser buscado, detalhando para isto todas as atividades necessárias para concretizá-lo, os recursos físicos, orçamentários e humanos necessários. Os relatórios da execução de ações no ano 2025 podem ser encontrados no [Painel de Consulta Pública dos Planos Anuais de Trabalho do IFRO](#). Os resultados alcançados em 2025 foram publicados e divulgados à comunidade através do Boletim Informativo da Gestão da Reitoria 2023-2027, anexado ao Processo no Documento SEI nº 2935719.

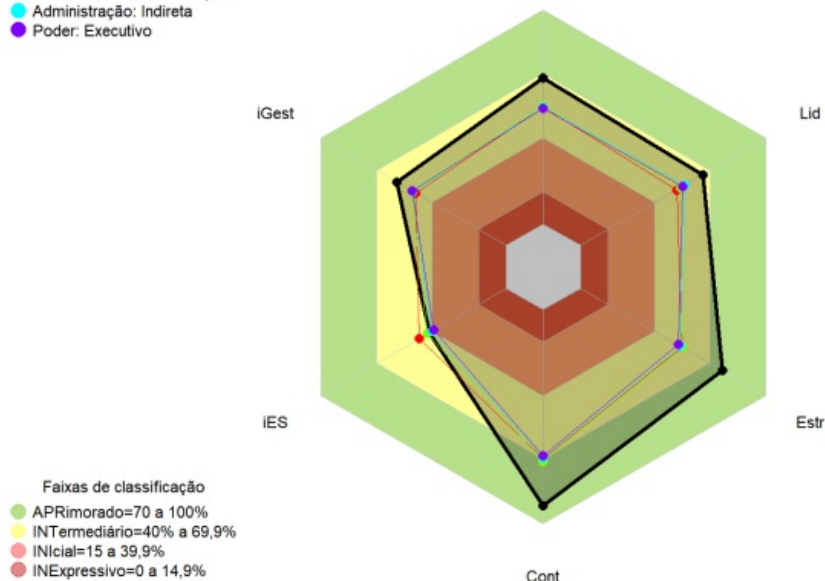
Os dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros do IFRO, bem como de todas as unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão, constam na [Plataforma Nilo Pecanha](#). Conforme o Ofício Circular nº 11/2026/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 23/02/2025 os dados do ano-base 2025 devem ser disponibilizados na plataforma em 13 de maio de 2026 (Processo nº 23000.0566/2025-21, Doc. SEI nº 6583009)

O [Acórdão 1913/2024 - Plenário](#) (SEI nº 2417631) apresentou o levantamento sobre a situação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal quanto à adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). O [relatório individualizado do IFRO](#) consta no documento SEI nº 2417634. O Índice de Sustentabilidade e Governança do IFRO (iESGo) é de 68,1%, estando na faixa de pontuação intermediária, que vai de 40% a 69,9%. No ano de 2025, não houveram novas publicações sobre o tema direcionadas para o IFRO.

Figura 7. Índice de Sustentabilidade e Governança do IFRO

iESGo2024 - ESG Índice ESG

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia iESGo
- Área temática: Instituição de Ensino
- Natureza Jurídica: Autarquia
- Administração: Indireta
- Poder: Executivo



Legenda:

- **iESGo** - Índice ESG
- **Lid** - Capacidade em Liderança
- **Estr** - Capacidade em Estratégia
- **Cont** - Capacidade em Controle
- **IES** - Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social
- **iGest** - Índice de Gestão Pública

4. RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO IFRO

4.1. Ensino

As prioridades da Pró-Reitoria de Ensino no exercício de 2025 estiveram centradas no fortalecimento da gestão do ensino, na qualificação dos processos pedagógicos e acadêmicos, na formação continuada de gestores, coordenadores e equipes pedagógicas, no assessoramento técnico aos campi, na regulação e avaliação dos cursos técnicos e de graduação, no aprimoramento dos sistemas institucionais e na promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes.

Entre as principais ações e projetos executados destacam-se a realização de formações continuadas e encontros institucionais; a produção, sistematização e disponibilização de materiais instrutivos no Repositório Institucional do IFRO; o assessoramento pedagógico e normativo aos campi por meio de visitas técnicas presenciais e reuniões periódicas; o apoio aos processos de avaliação e regulação dos cursos; a participação na melhoria e no desenvolvimento de funcionalidades do SUAP; e a atuação em fóruns e eventos formativos, com destaque para as ações voltadas à Educação Profissional e Tecnológica, ao Ensino Médio Integrado, às Licenciaturas e à EJA-EPT. As ações executadas, em sua maioria, não demandaram aplicação direta de recursos financeiros, sendo desenvolvidas com base na capacidade técnica da equipe e na integração institucional, o que representou continuidade e ampliação das entregas em relação ao exercício anterior.

As principais entregas da Diretoria de Assuntos Estudantis em 2025 foram:

– Acompanhamento e fortalecimento das políticas de assistência estudantil, incluindo:

- acompanhamento da Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas;
- monitoramento da execução do PNAES;
- revisão e ampliação de auxílios estudantis;
- ações voltadas à promoção da saúde e do bem-estar estudantil.

– Consolidação das ações de educação inclusiva:

- coordenação, assessoramento e acompanhamento dos NAPNEs nos campi;
- apoio pedagógico à construção de estratégias inclusivas e ao desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI);
- manutenção de fóruns permanentes de discussão e grupos institucionais de inclusão;
- capacitações e formações docentes na área da educação inclusiva.

– Fortalecimento das políticas de diversidade e ações afirmativas:

- articulação, acompanhamento e orientação dos NEABs;
- apoio à constituição e implementação dos Núcleos de Gênero e Diversidade;
- incentivo a coletivos estudantis voltados à inclusão, diversidade e cultura de paz;
- promoção de ações educativas e formativas relacionadas às temáticas étnico-raciais, de gênero e diversidade.

– Avanços normativos e institucionais:

- elaboração e/ou consolidação de regulamentos estratégicos, como:

– regulamento de heteroidentificação;

- regulamento dos núcleos de gênero e diversidade;
 - revisão e atualização de normativas da assistência estudantil (REPAE, RDD, auxílios EaD).
 - Atuação em eventos, fóruns e espaços formativos institucionais e nacionais:
- participação em encontros nacionais e regionais (ENNEABI, COPENE, FNAA, fóruns da rede federal);
 - organização do Seminário de Inclusão e Diversidade (SEIND).

O gerenciamento da equipe ocorreu de forma colaborativa e integrada, com articulação entre os setores vinculados à Pró-Reitoria de Ensino, definição de prioridades alinhadas ao planejamento institucional, acompanhamento contínuo das ações e otimização dos fluxos de trabalho. A atuação conjunta com outras pró-reitorias, diretorias sistêmicas e os campi contribuiu para a execução das atividades e para a ampliação do alcance das ações desenvolvidas.

Alguns fatores impediram a finalização de determinadas ações ou limitaram seus resultados, destacando-se a restrição orçamentária, a dependência de decisões e anuências de instâncias superiores, a necessidade de adequação a mudanças normativas nacionais e a limitação da capacidade operacional frente à diversidade e à complexidade das demandas. Nessas situações, as ações foram reprogramadas, mantidas em andamento ou incorporadas ao planejamento do exercício seguinte.

A distribuição de recursos entre as ações foi definida com base nas prioridades estratégicas da Pró-Reitoria de Ensino, privilegiando ações estruturantes, de maior impacto institucional e de alcance transversal, bem como aquelas voltadas ao apoio direto aos campi e à consolidação das políticas de ensino. Sempre que possível, priorizou-se o uso racional dos recursos disponíveis e o fortalecimento de ações que pudessem ser executadas sem impacto orçamentário significativo.

Em comparação ao exercício anterior, os resultados alcançados em 2025 evidenciam maior sistematização dos processos, ampliação das ações formativas, fortalecimento do assessoramento aos campi, maior integração entre os setores e avanço na consolidação das políticas institucionais de ensino. Para o próximo exercício, a perspectiva é de continuidade e aprofundamento dessas ações, com foco na implementação das normativas em elaboração, na consolidação das melhorias sistêmicas, na ampliação das formações e no fortalecimento das políticas de acesso, permanência e êxito dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento institucional do IFRO.

4.1.1. Educação a Distância

No exercício de 2025, a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) do IFRO manteve como prioridade a consolidação e expansão das ofertas educacionais na modalidade a distância, com ênfase na descentralização de recursos para os campi ofertantes, no fortalecimento da gestão acadêmica e pedagógica dos cursos EaD e na melhoria das condições operacionais dos polos de apoio presencial.

A principal estratégia adotada consistiu na descentralização orçamentária como mecanismo de fortalecimento da execução local das ofertas educacionais. Nesse contexto, foram destinados recursos diretamente aos *campi* responsáveis pela execução dos cursos EaD, permitindo maior autonomia administrativa, agilidade na execução e adequação das ações às especificidades regionais.

Em 2025, conforme informações prestadas pela Pró-Reitoria de Administração, o montante descentralizado para a oferta de cursos EaD totalizou R\$ 842,438,89 (oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos e oitenta e nove centavos).

Os recursos descentralizados em 2025 contemplaram os seguintes campi: Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Porto Velho Zona Norte e Vilhena. Essa distribuição permitiu ampliar a capilaridade das ofertas educacionais, fortalecer a interiorização do ensino superior e garantir melhores condições para execução das atividades acadêmicas e administrativas nos territórios atendidos.

Entre as principais ações e projetos executados com esses recursos destacam-se a manutenção e execução de cursos superiores EaD, o pagamento de bolsas para equipes multidisciplinares (tutores, coordenadores, apoio pedagógico e técnico), o suporte às atividades acadêmicas e o acompanhamento das atividades nos polos de apoio presencial. Os resultados dessas ações se refletem na continuidade das ofertas educacionais, na ampliação do acesso ao ensino superior e na melhoria das condições de funcionamento dos cursos.

O gerenciamento da equipe necessária à execução dessas atividades ocorre de forma descentralizada e articulada. A DEaD atua como diretoria sistêmica e estratégica, enquanto os *campi* assumem a execução direta das ações, incluindo gestão de equipes, acompanhamento acadêmico e operacionalização dos recursos. Esse modelo exige alinhamento contínuo, realizado por meio de orientações técnicas, reuniões de acompanhamento e uso de sistemas institucionais para controle e monitoramento das atividades.

No que se refere à execução das ações planejadas, não houve registro de impedimentos estruturais que inviabilizassem a realização das principais iniciativas. Contudo, como é característico da gestão pública educacional, fatores como ajustes em cronogramas acadêmicos, processos administrativos e adequações normativas podem ter impactado pontualmente o ritmo de execução ou o alcance de determinados resultados.

A distribuição dos recursos entre os *campi* foi definida com base em critérios técnicos e institucionais, considerando principalmente o número de cursos ofertados, a quantidade de estudantes atendidos, a complexidade das ofertas e as demandas específicas de cada unidade. Essa abordagem permitiu maior racionalidade na alocação dos recursos e melhor alinhamento com os objetivos estratégicos da instituição.

Comparativamente ao exercício de 2024, os resultados de 2025 demonstram avanço significativo na política de fortalecimento da educação a distância no IFRO. O aumento substancial dos recursos descentralizados reflete não apenas a ampliação das ofertas educacionais, mas também o reconhecimento institucional da EaD como eixo estratégico para expansão do acesso à educação pública.

Para o próximo exercício, a perspectiva é de continuidade da manutenção das ofertas educacionais na modalidade EaD e aprimoramento dos mecanismos de gestão e acompanhamento. Espera-se, ainda, avançar na qualificação das equipes, no fortalecimento da infraestrutura dos polos e na integração entre planejamento, execução orçamentária e resultados acadêmicos, de modo a garantir maior eficiência, transparência e impacto social das ações desenvolvidas pela Diretoria de Educação a Distância.

4.2. Pesquisa

Em 2025 a pesquisa no âmbito do IFRO, 2025 consolidou entendimentos, na esfera nacional, acerca do valor da ciência e de seu papel estratégico no desenvolvimento nacional. Essa conjuntura, aliada aos esforços da gestão local, possibilitou importantes entregas como o aumento em 46% no número de estudantes com bolsas, o que amplia as possibilidades de permanência e êxitos desses estudantes, e o credenciamento dos campi Ji-Paraná, Ariquemes e Jaru ao CAPDA, além do envio da documentação para cadastro dos campi Cacoal e Colorado do Oeste e da abertura do Mestrado Profissional em letras, dentre outras ações. A fim de ilustrar as principais ações da PROPESP no ano de 2025, apresentam-se as figuras 1, 2 e 3, que abordam, respectivamente, os principais resultados alcançados em matéria de pesquisa e inovação; pós-graduação e relação com a comunidade e a RFEPECT.

Figura 8. Avanços na Pesquisa e na Inovação

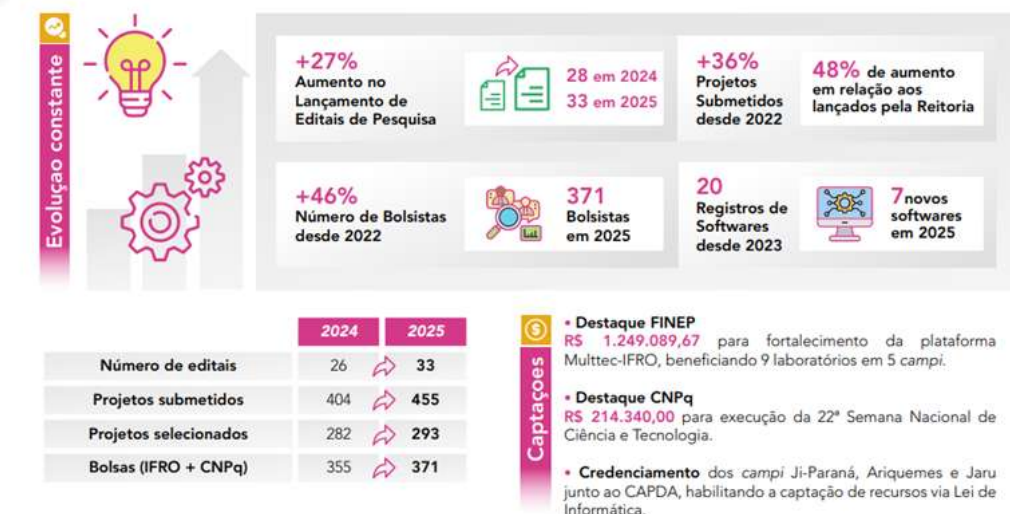


Figura 9. Avanços na Pós-graduação

Pós-Graduação: expandindo as fronteiras do conhecimento

6 novos cursos e mais de 800 novas vagas para qualificação de alto nível em 2025.



Figura 10. Relação com a Comunidade e com a Rede

Eventos

BIPEI 2025

- **Bienal Integrada de Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação**, realizado entre os dias 11 e 13 de novembro, no Campus Calama.

700 participantes

206 resumos IC/IT aprovados

23 atividades realizadas




ENEDIF

- **9º Encontro Nacional das Editoras da Rede Federal - ENEDIF 2025**, realizado entre os dias 11 e 13 de novembro de 2025, no Campus Calama.

218 participantes

28 artigos completos aprovados

22 atividades realizadas




Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional vigente (PDI 2023-2027) a atuação da PROPESP contribui diretamente para o desenvolvimento do IFRO e para o cumprimento de sua razão de ser (definida na Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 200). Ao fomentar a pesquisa básica, a PROPESP contribui com o IFRO para que este efetive a formação omnilateral de seus estudantes; e ao estimular a pesquisa aplicada, não só reforça o processo pedagógico comprometido com a formação humana integral de seus estudantes, como também promove a cooperação interinstitucional e a intervenção crítica na realidade social, mediante produção e transferência de tecnologias capazes de contribuir com o desenvolvimento regional sustentável. Assim, a PROPESP atua tanto no estímulo à produção de conhecimento, como na sua aplicação e transferência, de forma contextualiza, crítica e ética. Destaca-se, ainda, que por meio da pesquisa, a PROPESP tem colaborado p

Os projetos que fortalecem a infraestrutura do estado e que promovem o fortalecimento da sociedade civil desenvolvidos em parceria, constam no [Portal do IFRO](#), no menu lateral [Macroprojetos - Documentos](#).

No campo da pesquisa, a manutenção do Programa Institucional de Pesquisa e das bolsas do CNPq foram prioridade em 2025. Na esfera da pós-graduação, por sua vez, a prioridade foi a execução das parcerias para a qualificação dos servidores. Na seara das relações interinstitucionais, a prioridade foi a realização do ENEDIF e o atendimento às agendas do Conselho Curador da Fundação Rondônia de Amparo à Pesquisa.

O gerenciamento da equipe foi realizado com base nos setores de vínculo, sendo que as demandas de trabalho foram registradas no Plano Anual de Trabalho, no Plano de área e nos planos de setores, no SUAP. Ademais, as demandas e os resultados alcançados e as dificuldades de cada processo são apresentados pelos servidores nas reuniões internas da equipe. As demandas que exigiram a colaboração dos DEPEP foram apresentadas previamente por e-mail ou processo SEI e dialogadas nas reuniões conjuntas da área. Em 2026, a mesma metodologia está em uso.

A maior parte das ações previstas foi realizada de maneira satisfatória, entretanto, a má distribuição de aulas nos campi impediu a apresentação de propostas para a abertura de dois novos cursos de mestrado.

A distribuição dos recursos entre as ações observou, no caso da pós-graduação, os valores praticados nos anos anteriores, o PAT dos programas e os valores definidos nos termos de convênio; e no caso dos editais de fomento, foram observados os valores praticados no exercício anterior, em diálogo com o reitor e a Pró-Reitoria de Administração. Nenhuma despesa foi criada sem prévia autorização da autoridade competente.

Quanto às principais ações/projetos executados pela PROPESP em 2025, apresenta-se o Quadro 1.

Quadro 3: Principais ações realizadas pela PROPESP em 2025

Ação/projeto	Valor aplicado	Valor planejado para 2026
Edital n. 3/2025 - Novos Projetos de IC	R\$: 1.040.000	1.040.000,00
Edital n. 4/2025 - Mulheres na Ciência	R\$: 89.600,00	R\$: 180.000,00
Edital n. 5/2025 - TAEs na Ciência	R\$: 89.600,00	R\$: 180.000,00
Edital n. 165/2025 - Pesquisa nas Licenciaturas	R\$: 124.000,00	R\$:124.000,00

Em 2025 foi possível amadurecer e consolidar as competências da equipe. Com a equipe mais madura, segura e motivada foi possível melhorar a projeção do IFRO no cenário nacional de pesquisa, sediar evento nacional e manter com qualidade o Programa Institucional de Pesquisa do IFRO. Face ao exposto, avalia-se positivamente os resultados alcançados em relação a 2024, e espera-se continuar nesse ciclo virtuoso de aprendizagem e fortalecimento da ciência na Amazônia.

4.3. Extensão

Em 2025 a Pró-Reitoria de Extensão consolidou seu papel como ponte viva entre o IFRO e a sociedade rondoniense. Nosso compromisso foi o de ampliar oportunidades, fortalecer parcerias, valorizar talentos e transformar conhecimento em impacto social. Ao longo do ano, desenvolvemos ações que dialogam

diretamente com as necessidades da comunidade, promovendo inclusão, formação cidadã, cultura, inovação, desenvolvimento regional e ampliação de direitos. Cada programa, cada projeto e cada evento realizado reafirma o propósito da Extensão: levar para fora dos muros do IFRO aquilo que produzimos de melhor, o conhecimento aplicado à vida das pessoas. Hoje, apresentamos com orgulho algumas das principais ações realizadas pela PROEX em 2025, resultados construídos coletivamente com os campi, servidores, estudantes e nossos muitos parceiros. São ações que mostram a força da extensão e o quanto ela contribui para transformar realidades em todo o estado de Rondônia. Apresentamos um breve resumo das principais ações de 2025:

- Participação no Feirão do Emprego e Empreendedorismo do SINE/Prefeitura de Porto Velho. A PROEX participou do Feirão do Emprego e Empreendedorismo promovido pelo SINE da Prefeitura Municipal de Porto Velho, realizado no Ginásio Cláudio Coutinho, evento que ofertou mais de mil vagas de emprego e recebeu grande circulação de público. O IFRO marcou presença com um estande institucional, apresentando suas ofertas formativas e serviços à comunidade. A equipe realizou atendimentos diretos, com elaboração e impressão gratuita de currículos para os participantes, contribuindo para a inserção profissional e fortalecendo a relação do IFRO com a população de Porto Velho.
- Realização da II Mostra Rondoniense de Arte, Patrimônio e Cultura: A PROEX realizou a II Mostra Rondoniense de Arte, Patrimônio e Cultura, desenvolvida por meio do Projeto Cultura Liberta, envolvendo ampla participação de alunos, professores, artistas locais e comunidade. A programação integrou oficinas, teatro, exposições e diversas apresentações culturais, ocorridas tanto no Campus Ji-Paraná quanto em espaços parceiros da cidade, ampliando o alcance e a presença do IFRO no território. O evento teve seu encerramento em grande estilo, com um show aberto ao público no Campus Ji-Paraná, realizado de forma integrada à festa caipira do campus, reunindo um público expressivo e celebrando a arte, a diversidade cultural e a valorização das expressões regionais.
- Organização da participação do IFRO na Semana EPT em Brasília: A PROEX coordenou a participação institucional do IFRO na Semana da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), realizada em Brasília, articulando a seleção de projetos, a logística de deslocamento e apresentação das equipes. A ação garantiu a presença qualificada de estudantes e servidores no evento nacional, fortalecendo a visibilidade das práticas exitosas do IFRO e promovendo integração com outras instituições da Rede Federal.
- Realização da II Feira da Agricultura Familiar e Agroecológica do IFRO: A realização da feira consolidou-se como um dos maiores eventos de extensão do IFRO, reunindo mais de 1.000 participantes e quase 200 expositores entre agricultores, empreendedores, movimentos sociais, escolas e instituições parceiras. O evento promoveu a integração entre ensino, pesquisa e extensão, ampliou a visibilidade da produção local e fortaleceu redes de comercialização solidária e sustentável. Além de impulsionar a geração de renda, a feira reafirmou o papel do IFRO no desenvolvimento regional, na valorização dos agricultores familiares e na promoção de práticas agroecológicas alinhadas à sustentabilidade e à segurança alimentar. A Feira contou ainda com um amplo conjunto de ações integradas. O IFRO garantiu o transporte de produtores de diferentes municípios de todo o estado de Rondônia, além de oferecer hospedagem e alimentação para aproximadamente 300 pessoas, assegurando condições adequadas de participação, inclusão e representatividade territorial. A programação contemplou atividades formativas e lúdicas para crianças, serviços à comunidade como orientações de saúde, atendimentos previdenciários em parceria com o INSS e orientações sobre crédito rural realizadas por instituições financeiras. Diariamente, apresentações culturais valorizaram a diversidade regional e animaram o público. Os momentos de microfone aberto permitiram que os próprios expositores compartilhassem seus talentos, saberes e expressões artísticas, fortalecendo o protagonismo comunitário. O evento foi encerrado com o tradicional Café com apanes e uma significativa troca de sementes crioulas, simbolizando a preservação da sociobiodiversidade, o fortalecimento da agricultura tradicional e o compromisso com práticas sustentáveis e integradoras.
- A I Bienal de Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (BIPEI) reuniu mais de 800 pessoas, fortalecendo o compromisso institucional com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. A Bienal ampliou a visibilidade das ações institucionais, estimulou o diálogo entre áreas finalísticas e potencializou os resultados acadêmicos e sociais do IFRO.
- Publicação do Edital nº 172/2025 de apoio aos NACs (Núcleos de Arte e Cultura), são R\$ 600.000,00 investidos em um único edital, com aporte financeiro destinado a aquisição de permanentes, custeio e bolsa para coordenação e alunos, focando em projetos de extensão para o desenvolvimento de práticas artístico-culturais.
- Em 2025, o IFRO registrou aproximadamente 7.000 matrículas em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), abrangendo tanto ofertas próprias quanto programas estratégicos como Bolsa Formação, Partiu IF e Escola de Conselhos. Esses cursos de curta duração ampliam a qualificação profissional em diferentes territórios e fortalecem o compromisso do Instituto com a democratização do acesso à educação profissional, atendendo públicos diversos e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.
- Captação de Recursos: Mobilização de investimentos expressivos para a execução de programas sociais, educacionais e formativos, totalizando aproximadamente R\$ 3 milhões. Entre os principais projetos contemplados, destacam-se:
 - Asas para o Futuro – R\$ 230.000,00
 - Cuidoteca – R\$ 230.000,00
 - Mulheres Mil 4 – R\$ 930.000,00
 - Mulheres Mil – Cuidados – R\$ 720.000,00
 - Cuidoteca 2 – R\$ 346.000,00
 - Escola de Conselhos – R\$ 450.000,00

Esses recursos fortalecem ações de inclusão social, qualificação profissional e ampliação das políticas públicas atendidas pelo IFRO.

- Acompanhamento da Execução de Programas: Monitoramento qualificado e contínuo da implementação de oito programas estratégicos voltados à promoção da inclusão, do empreendedorismo, da formação cidadã e do desenvolvimento social. Entre eles, destacam-se:
 - Cultura Liberta
 - Mulheres Mil 3

- Mulheres Mil 4
- Mulher de Fibra – Empreendedorismo
- Mulher de Fibra
- Escola de Conselhos
- Asas para o Futuro
- Valorize

Esse acompanhamento assegurou a execução eficaz das ações, o atendimento às metas pactuadas e o fortalecimento das políticas públicas promovidas pelo IFRO em parceria com instituições governamentais e da sociedade civil.

- Publicações: 14 livros em fase de publicação, sendo 12 obras da Escola de Conselhos, produzidas em parceria com a AYA Editora, e 2 títulos da PROEX oriundos de edital interno, atualmente em finalização. Esses materiais fortalecem a produção de conhecimento e ampliam o alcance das ações formativas do IFRO no campo das políticas públicas e da extensão.
- Conclusão de mais de 30 prestações de contas referentes ao período de 2013 a 2025, garantindo transparência, regularidade administrativa e fortalecimento da gestão institucional.
- O IFRO mantém atualmente 184 contratos vigentes no Programa Jovem Aprendiz, sendo que 171 contratos foram formalizados em 2025, reafirmando seu compromisso com a formação profissional de adolescentes e jovens e com a articulação direta com o setor produtivo. Como instituição pública federal de educação profissional, o IFRO oferece às empresas um diferencial significativo: a contratação dos aprendizes não gera custos adicionais com cursos de formação, uma vez que toda a etapa teórica é ofertada gratuitamente pelo Instituto. Esse modelo fortalece a inserção qualificada de jovens no mundo do trabalho, amplia oportunidades de desenvolvimento profissional e contribui para que as empresas cumpram sua cota legal com responsabilidade social, qualidade formativa e apoio institucional.
- Implementação do Módulo de Aprendizagem com fluxo digital, incluindo assinatura eletrônica, e aprovação do novo Regulamento de Aprendizagem, modernizando processos e fortalecendo a gestão institucional.
- Participação da CIES no III Encontro Nacional de Aprendizagem, representando o IFRO na mesa-redonda do evento, contribuindo com experiências, resultados e perspectivas sobre a política de aprendizagem no âmbito da Rede Federal.
- Cadastro de mais de 30 cursos técnicos do IFRO como cursos de aprendizagem na plataforma GOV.BR, ampliando as possibilidades de formação e fortalecendo o acesso de jovens ao mundo do trabalho.

Essas foram as principais ações realizadas pela PROEX em 2025, um ano marcado por avanços significativos, fortalecimento das parcerias, ampliação do impacto social e consolidação da presença do IFRO no território rondoniense. A atuação da Pró-Reitoria de Extensão evidenciou sua **capacidade de articulação, coordenação e geração de valor público**, mesmo em cenário de restrições orçamentárias. Os resultados alcançados reforçam o papel da PROEX como eixo estruturante da missão institucional do IFRO, consolidando a extensão como instrumento efetivo de transformação social, desenvolvimento sustentável e fortalecimento da educação pública. Seguimos comprometidos em evoluir, inovar e ampliar nossa atuação, reafirmando a missão do IFRO de formar cidadãos capazes de transformar suas realidades.

4.4. Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro 4. Despesas Empenhadas com série histórica:

Execução Orçamentária com Série Histórica (EMPENHADO)						
Detalhamento da Despesa	2022 Empenhado	2023 Empenhado	2024 Empenhado	2025		
				Empenhado	Liquidado	Pago
Programa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	204.487.077	232.437.847	252.295.676	297.631.999	297.631.999	261.038.292
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	6.481.850	7.454.300	8.012.215			
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	27.981.562	30.831.469	32.826.819	37.852.134	37.852.134	34.820.689

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.066.547	2.069.126	2.763.162	3.539.585	3.539.585	3.258.788
20TP - Ativos Cívis da União	158.114.823	178.792.786	190.230.413	235.214.806	235.214.806	204.030.454
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.404.211	11.140.934	16.388.647	18.914.278	18.914.278	17.131.847
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	216.000	179.999	220.000	273.999	273.999	270.958
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.222.085	1.969.233	1.854.420	1.837.196	1.837.196	1.525.556
Programa: 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	88.002					
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	88.002					
Programa: 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	49.586	46.434	56.676	56.866	56.866	
00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	49.586	46.434				
00PW - Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos			56.676	56.866	56.866	

Nacionais sem Exigência de Programação Específica							
Programa: 5012 - Educação Profissional e Tecnológica	63.789.290	91.920.467					
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	25.395.764	43.153.719					
20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	28.904.694	35.966.192					
21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica		1.449.998					
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	9.488.832	11.350.557					
Programa: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma			110.845.652	138.102.118	138.102.118	102.075.970	
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica			62.736.352	91.323.055	91.323.055	61.290.599	
20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica			36.177.050	34.803.401	34.803.401	30.562.426	

21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica			1.534.834			
21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica				1.901.337	1.901.337	1.740.984
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				2.770.228	2.770.228	2.126.973
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			2.947.165			
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				5.048.893	5.048.893	4.361.906
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			5.621.212			
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				2.255.204	2.255.204	1.993.081
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			1.829.038			
TOTAL	268.413.955	324.404.748	363.198.004	435.790.983	435.790.983	363.114.262

Despesas Liquidadas com série histórica

Execução Orçamentária com Serie Histórica (LIQUIDADO)						
Detalhamento da Despesa	2022 Liquidado	2023 Liquidado	2024 Liquidado	2025		
				Empenhado	Liquidado	Pago
Programa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	204.487.077	232.437.847	252.295.676	297.631.999	297.631.999	261.038.292
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	6.481.850	7.454.300	8.012.215			
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	27.981.562	30.831.469	32.826.819	37.852.134	37.852.134	34.820.689
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2.066.547	2.069.126	2.763.162	3.539.585	3.539.585	3.258.788
20TP - Ativos Civis da União	158.114.823	178.792.786	190.230.413	235.214.806	235.214.806	204.030.454
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.404.211	11.140.934	16.388.647	18.914.278	18.914.278	17.131.847
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	216.000	179.999	220.000	273.999	273.999	270.958
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.222.085	1.969.233	1.854.420	1.837.196	1.837.196	1.525.556
Programa: 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	88.002					
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	88.002					

(Precatórios)						
Programa: 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	49.586	46.434	56.676	56.866	56.866	
00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	49.586	46.434				
00PW - Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica			56.676	56.866	56.866	
Programa: 5012 - Educação Profissional e Tecnológica	63.789.290	91.920.467				
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	25.395.764	43.153.719				
20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	28.904.694	35.966.192				
21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica		1.449.998				
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	9.488.832	11.350.557				
Programa: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que			110.845.652	138.102.118	138.102.118	102.075.970

Transforma						
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica			62.736.352	91.323.055	91.323.055	61.290.599
20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica			36.177.050	34.803.401	34.803.401	30.562.426
21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica			1.534.834			
21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica				1.901.337	1.901.337	1.740.984
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				2.770.228	2.770.228	2.126.973
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			2.947.165			
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				5.048.893	5.048.893	4.361.906
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			5.621.212			
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				2.255.204	2.255.204	1.993.081

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			1.829.038			
TOTAL	268.413.955	324.404.748	363.198.004	435.790.983	435.790.983	363.114.262

Quadro 5. Despesas Pagas com série histórica

Execução Orçamentária com Serie Histórica (PAGO)						
Detalhamento da Despesa	2022 Pago	2023 Pago	2024 Pago	2025		
				Empenhado	Liquidado	Pago
Programa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	187.263.072	206.769.194	225.207.213	297.631.999	297.631.999	261.038.292
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	5.986.735	7.453.277	7.452.365			
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	27.981.562	30.831.469	32.826.819	37.852.134	37.852.134	34.820.689
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.878.195	1.896.531	2.506.984	3.539.585	3.539.585	3.258.788
20TP - Ativos Civis da União	142.748.779	154.668.492	165.937.140	235.214.806	235.214.806	204.030.454
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	7.684.789	10.191.574	14.842.708	18.914.278	18.914.278	17.131.847
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	133.616	179.999	220.000	273.999	273.999	270.958
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	849.396	1.547.852	1.421.196	1.837.196	1.837.196	1.525.556
Programa: 0901 -						

Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	88.002					
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	88.002					
Programa: 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	49.586	46.434	56.676	56.866	56.866	
00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	49.586	46.434				
00PW - Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica			56.676	56.866	56.866	
Programa: 5012 - Educação Profissional e Tecnológica	35.806.299	49.606.368				
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	4.612.345	8.686.774				
20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	23.261.405	29.634.315				
21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica		1.268.958				
2994 - Assistência aos Estudantes						

das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	7.932.549	10.016.321				
Programa: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma			64.088.271	138.102.118	138.102.118	102.075.970
20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica			24.320.239	91.323.055	91.323.055	61.290.599
20RL - Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica			29.527.140	34.803.401	34.803.401	30.562.426
21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica			1.333.359			
21B3 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação e Sustentabilidade na Educação Profissional e Tecnológica				1.901.337	1.901.337	1.740.984
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				2.770.228	2.770.228	2.126.973
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			2.217.130			
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				5.048.893	5.048.893	4.361.906
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação			5.068.462			

Profissional e Tecnológica						
2994 - Assistência aos Estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica				2.255.204	2.255.204	1.993.081
2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica			1.621.940			
TOTAL	223.206.959	256.421.995	289.352.160	435.790.983	435.790.983	363.114.262

A Unidade Prestadora de Contas (UPC) apresentou, no período 2022-2025, um crescimento orçamentário expressivo de 62,36%, passando de R\$ 268,4 milhões para R\$ 435,8 milhões em despesas empenhadas. Este crescimento foi impulsionado por dois movimentos principais: o fortalecimento da estrutura de gestão obrigatória e a expansão significativa das ações de educação profissional através do novo Programa 5112.

Evolução das Despesas

As despesas empenhadas cresceram de forma consistente e acelerada ao longo do período. Em 2022, o montante foi de R\$ 268,4 milhões. Em 2023, registrou-se um crescimento de 20,86%, chegando a R\$ 324,4 milhões. O ano de 2024 apresentou crescimento mais moderado de 11,96%, totalizando R\$ 363,2 milhões. Em 2025, houve nova aceleração de 19,99%, atingindo R\$ 435,8 milhões. A variação acumulada de 2022 a 2025 corresponde a R\$ 167,4 milhões adicionais.

Composição Programática

O orçamento da UPC está estruturado principalmente em dois programas: o Programa 0032 (Gestão e Manutenção) e o Programa 5112 (Educação Profissional Transforma). O Programa 0032 cresceu de R\$ 204,5 milhões em 2022 para R\$ 297,6 milhões em 2025, um aumento de 45,6%. Sua participação no orçamento total diminuiu de 76,2% para 68,3%, ainda que tenha crescido em valores absolutos. Este programa é caracterizado por extrema rigidez orçamentária, com mais de 98% de suas despesas concentradas em pessoal e encargos obrigatórios.

O Programa 5112 iniciou em 2024 com R\$ 110,8 milhões, substituindo o antigo Programa 5012. Em 2025, alcançou R\$ 138,1 milhões, representando um crescimento de 24,6% em apenas um ano. Considerando a transição programática, houve expansão real de 50,3% na política de educação profissional entre 2023 e 2025. A participação deste programa no orçamento total aumentou de praticamente zero em 2023 para 31,7% em 2025.

Detalhamento de Despesas

No Programa 0032, as despesas estão distribuídas em: Ativos Cíveis da União (79%), Contribuição Previdenciária (12,7%), Benefícios Obrigatórios (6,4%), Assistência Médica/Odontológica (1,2%) e Capacitação de Servidores (0,6%). Este perfil evidencia que a UPC é essencialmente uma unidade de sustentação administrativa, com pouquíssima margem para investimentos ou despesas discricionárias.

O Programa 5112 distribui seus recursos em: Reestruturação e Modernização de Instituições (66,1%), Funcionamento das Instituições (25,2%), Assistência aos Estudantes (8,1%) e Fomento a Ações de Ensino e Pesquisa (1,4%).

Execução Orçamentária em 2025

A execução orçamentária em 2025 apresentou resultados distintos nos diferentes estágios. O montante empenhado foi de R\$ 435,8 milhões, e 100% deste valor foi liquidado, demonstrando que todos os bens e serviços contratados foram efetivamente entregues e verificados. Isso indica alta capacidade de planejamento e execução física das ações.

Entretanto, apenas 83,3% do montante liquidado foi pago no exercício, gerando uma inscrição em Restos a Pagar Processados de R\$ 72,7 milhões. Este é um desafio financeiro significativo. O Programa 0032 teve 87,7% de suas despesas pagas, enquanto o Programa 5112 teve apenas 73,9% pagas. O Programa 0910 não teve pagamentos realizados no exercício.

Tendências e Análise de Desempenho

O crescimento orçamentário foi acompanhado por uma mudança na composição do gasto. As despesas de gestão cresceram 45,6%, enquanto as despesas com educação profissional cresceram 116,5% quando considerada a transição entre programas. Isso indica uma estratégia deliberada de priorização da atividade finalística em detrimento das despesas meramente administrativas, o que é positivo do ponto de vista estratégico.

Entretanto, esta expansão coloca pressões estruturais sobre a sustentabilidade financeira. O crescimento anual médio de 18,9% é superior ao crescimento histórico do PIB, sugerindo que sem ganhos proporcionais de produtividade, a tendência não é sustentável a longo prazo. Adicionalmente, a extrema concentração de despesas em pessoal obrigatório deixa a UPC com praticamente nenhuma margem de manobra para ajustes ou realocações.

Fatores Explicativos das Variações

O crescimento de 20,86% em 2023 refletiu recomposição orçamentária, ajustes salariais e expansão significativa do Programa 5012 de educação profissional. O crescimento mais moderado de 11,96% em 2024 representou um ano de transição, marcado pela mudança programática de 5012 para 5112. O

crescimento de 19,99% em 2025 consolidou a expansão tanto nas despesas obrigatórias quanto nas ações finalísticas, com crescimento especialmente acelerado no novo Programa 5112.

Metas não Alcançadas e Desafios

A principal meta não alcançada foi o pagamento integral das despesas liquidadas no exercício. Esperava-se que 100% das despesas liquidadas fossem pagas, mas apenas 83,3% foram quitadas, deixando R\$ 72,7 milhões em Restos a Pagar. Este gap evidencia descasamento entre capacidade de planejamento (excelente) e capacidade de conversão em pagamentos efetivos (insuficiente).

Outro desafio significativo é a redução da rigidez orçamentária. Atualmente, com mais de 98% do Programa 0032 vinculado a despesas obrigatórias de pessoal, não há margem de manobra para investimentos, inovações ou ajustes estratégicos. Qualquer crescimento adicional de pessoal ou reajustes salariais comprometerá ainda mais a flexibilidade.

Um terceiro desafio é a falta de demonstração clara de resultados do Programa 5112. Embora o investimento tenha crescido 50,3%, não há indicadores explícitos de efetividade, como taxa de conclusão de cursos, empregabilidade dos egressos ou satisfação dos alunos.

Desafios Principais

A gestão do passivo de curto prazo é crítica. Os R\$ 72,7 milhões em Restos a Pagar terão prioridade legal de pagamento em 2026 e podem comprometer a capacidade de execução de novas ações se não forem pagos tempestivamente. A sustentabilidade da despesa de pessoal também é preocupante, especialmente considerando o crescimento de 45,6% em três anos. Será necessário realizar estudos atuariais para projetar o impacto de aposentadorias e possíveis novas contratações.

A consolidação do Programa 5112 exige demonstração de que o aumento de investimento resultou em melhorias proporcionais. O alinhamento entre execução orçamentária e disponibilidade financeira também precisa melhorar, visando reduzir o gap entre liquidação e pagamento. Finalmente, é fundamental preparar planos de contingência para possíveis cenários de restrição fiscal.

A UPC demonstra excelência na gestão orçamentária e alta capacidade de planejamento e execução física das ações. A priorização crescente da educação profissional é estrategicamente positiva. Entretanto, enfrenta desafios significativos na gestão financeira, evidenciados pelo gap entre liquidação e pagamento, e vulnerabilidades estruturais decorrentes da extrema rigidez orçamentária.

O crescimento acelerado das despesas, embora justificado pela expansão da missão finalística, cria pressões que exigem atenção imediata. A sustentabilidade desta trajetória dependerá da capacidade da UPC de gerenciar com rigor a folha de pagamento, alinhar execução orçamentária e financeira, demonstrar claramente os resultados dos investimentos em educação profissional e manter disciplina fiscal mesmo em cenários de expansão. Com implementação das recomendações apresentadas, a UPC estará posicionada para consolidar seus avanços e mitigar os riscos identificados.

Gestão de Custos

A análise da execução orçamentária constitui ferramenta fundamental para compreender a alocação de recursos públicos em uma instituição educacional. O presente documento apresenta avaliação técnica dos gastos da Unidade Prestadora de Contas (UPC) no período 2022-2025, examinando a distribuição orçamentária entre áreas finalísticas e de suporte, o alinhamento com objetivos institucionais, e identificando oportunidades de otimização na aplicação de recursos públicos.

A análise baseia-se em dados de execução orçamentária compreendendo despesas empenhadas, liquidadas e pagas, estruturados em dois programas governamentais principais: Programa 5112 (Educação Profissional e Tecnologia Que Transforma) e Programa 0032 (Gestão e Manutenção do Poder Executivo).

Distribuição Orçamentária Global (2022-2025)

A série histórica de execução orçamentária da UPC demonstra evolução de R\$ 268,4 milhões em 2022 para R\$ 435,8 milhões em 2025, representando crescimento de 62,4% no período de três anos. Este crescimento não foi uniforme entre as áreas de atuação, revelando padrão de priorização diferenciada.

A distribuição orçamentária em 2025 apresenta seguinte composição:

- **Áreas Finalísticas (Programa 5112):** R\$ 138,2 milhões (31,7% do orçamento total)
- **Áreas de Suporte (Programa 0032):** R\$ 297,6 milhões (68,3% do orçamento total)
- **Organismos Internacionais (Programa 0910):** R\$ 56,9 mil (0,01% do orçamento total)

Evolução Temporal da Alocação Orçamentária

A trajetória de alocação orçamentária entre 2022 e 2025 apresenta o seguinte padrão:

- **Ano 2022:** Orçamento total de R\$ 268,4 milhões distribuído em 23,8% para finalísticas (R\$ 63,9 M) e 76,2% para suporte (R\$ 204,5 M).
- **Ano 2023:** Orçamento total de R\$ 324,4 milhões (crescimento de 20,86%) distribuído em 28,3% para finalísticas (R\$ 92,0 M) e 71,7% para suporte (R\$ 232,4 M).
- **Ano 2024:** Orçamento total de R\$ 363,2 milhões (crescimento de 11,96%) distribuído em 30,5% para finalísticas (R\$ 110,9 M) e 69,5% para suporte (R\$ 252,3 M).
- **Ano 2025:** Orçamento total de R\$ 435,8 milhões (crescimento de 19,99%) distribuído em 31,7% para finalísticas (R\$ 138,2 M) e 68,3% para suporte (R\$ 297,6 M).

Análise de Taxas de Crescimento

O crescimento diferenciado entre áreas demonstra mudança estrutural na alocação orçamentária:

- **Áreas Finalísticas:** Crescimento acumulado de 116,1% no período 2022-2025 (R\$ 74,2 milhões adicionais), correspondendo a taxa média anual de 31,4%.
- **Áreas de Suporte:** Crescimento acumulado de 45,6% no período 2022-2025 (R\$ 93,1 milhões adicionais), correspondendo a taxa média anual de 13,4%.

A razão entre crescimento de finalísticas e crescimento de suporte é de 2,5:1, indicando que a cada real adicionado ao orçamento de gestão, foram adicionados R\$ 2,50 ao orçamento de educação profissional.

Composição do Programa 5112 - Educação Profissional

O Programa 5112 apresenta estrutura de gastos organizada em cinco categorias de despesa:

Investimentos em Infraestrutura (66,1%): R\$ 91,3 milhões destinados a reestruturação e modernização de infraestrutura educacional, incluindo aquisição de equipamentos, reforma de espaços pedagógicos, e adequação de laboratórios.

Custeio e Funcionamento (25,2%): R\$ 34,8 milhões alocados para viabilização da operação contínua das instituições, compreendendo materiais didáticos, consumo de energia e água, comunicação, manutenção e conservação predial, e contratação de serviços.

Assistência aos Estudantes (7,3%): R\$ 10,1 milhões direcionados para auxílios sociais que viabilizam acesso de populações vulneráveis, incluindo alimentação, transporte e moradia.

Fomento a Pesquisa e Inovação (1,4%): R\$ 1,9 milhões alocados para desenvolvimento de pesquisa aplicada e inovação tecnológica.

A evolução do Programa 5112 entre 2023 e 2025 apresenta:

- 2023: R\$ 92,0 milhões
- 2024: R\$ 110,8 milhões (crescimento de 20,4%)
- 2025: R\$ 138,1 milhões (crescimento de 24,6%)

Esta trajetória indica aceleração progressiva no investimento em educação profissional, com crescimento acumulado de 50,3% em dois anos.

Composição do Programa 0032 - Gestão e Manutenção

O Programa 0032 apresenta estrutura concentrada em despesas de pessoal, com seguinte desagregação:

Folha de Pagamento de Ativos (79,1%): R\$ 235,2 milhões destinados à remuneração de servidores em atividade.

Contribuição Previdenciária RPPS (12,7%): R\$ 37,9 milhões alocados para contribuições ao regime próprio de previdência social.

Benefícios Obrigatórios (6,4%): R\$ 18,9 milhões direcionados para auxílios legalmente obrigatórios.

Assistência Médica e Odontológica (1,2%): R\$ 3,5 milhões alocados para plano de saúde complementar.

Capacitação de Pessoal (0,6%): R\$ 1,8 milhões destinados a programas de treinamento e desenvolvimento.

Auxílios Diversos (0,1%): R\$ 0,3 milhões para auxílios adicionais.

As despesas caracterizadas como obrigatórias (folha de pagamento, contribuições previdenciárias e benefícios legais) totalizam R\$ 295,8 milhões (99,4% do programa), deixando margem de discricionariedade de apenas 0,6%.

Evolução Histórica do Programa 0032

O programa apresenta trajetória de crescimento contínuo:

- 2022: R\$ 204,5 milhões
- 2023: R\$ 232,4 milhões (crescimento de 13,6%)
- 2024: R\$ 252,3 milhões (crescimento de 8,5%)
- 2025: R\$ 297,6 milhões (crescimento de 17,9%)

O crescimento médio anual no período é de 13,4%, distribuído de forma diferenciada entre seus componentes:

- Folha de Pagamento: +48,8% acumulado (+14,2% a.a.)
- Contribuição Previdenciária: +35,3% acumulado (+10,6% a.a.)
- Benefícios Obrigatórios: +125,0% acumulado (+35,4% a.a.)
- Assistência Médica: +71,3% acumulado (+19,8% a.a.)
- Capacitação: +50,3% acumulado (+14,0% a.a.)

Relação entre Custos e Missão Institucional

Definição da Missão Institucional

A UPC apresenta missão institucional de promover educação profissional e tecnológica de qualidade, com objetivos específicos de:

- Formar profissionais qualificados para inserção no mercado de trabalho
- Promover inclusão social através de educação profissional acessível
- Desenvolver pesquisa e inovação tecnológica aplicada
- Contribuir para desenvolvimento científico e tecnológico nacional
- Garantir qualidade educacional mediante infraestrutura adequada

Alinhamento do Programa 5112 com Objetivos Institucionais

A análise do alinhamento entre componentes de despesa do Programa 5112 e objetivos institucionais revela correspondência direta:

Investimento em Infraestrutura (66,1%): Alinha-se diretamente com objetivo de garantir qualidade educacional. Equipamentos, laboratórios e espaços pedagógicos modernos constituem pré-requisito para oferta de educação profissional competitiva. A alocação de dois terços do orçamento educacional para investimento indica priorização de capacidade instalada.

Custeio e Funcionamento (25,2%): Viabiliza operação contínua de infraestrutura, permitindo que investimentos em equipamentos e espaços se convertam em educação efetiva. Sem custeio adequado, infraestrutura permaneceria inoperacional.

Assistência aos Estudantes (7,3%): Materializa objetivo de inclusão social, removendo barreiras econômicas para acesso de populações de baixa renda. Auxílios alimentação, transporte e moradia constituem medidas compensatórias que viabilizam permanência e conclusão de cursos.

Pesquisa e Inovação (1,4%): Contribui para objetivo de desenvolvimento de pesquisa aplicada, garantindo que formação profissional permaneça alinhada com demandas tecnológicas emergentes.

A estrutura de gastos do Programa 5112 reflete instituição que compreende educação profissional como atividade multidimensional, requerendo simultaneamente infraestrutura, operação, inclusão social e inovação. O alinhamento entre composição de gastos e objetivos institucionais é alto.

Alinhamento do Programa 0032 com Missão Institucional

O Programa 0032 apresenta alinhamento indireto mas fundamental com objetivos institucionais. A relação ocorre através de mecanismo de capacitação de pessoal responsável pela execução de atividades finalísticas:

Remuneração de Servidores (79,1%): Viabiliza atração e manutenção de corpo docente qualificado, técnicos especializados e gestores. A remuneração adequada constitui pré-requisito para qualidade educacional, na medida em que profissionais bem compensados tendem a maior dedicação.

Previdência e Benefícios (19,1%): Garante segurança financeira de servidores, permitindo focagem em atividades profissionais. Benefícios complementares e previdência adequada reduzem ansiedade sobre sustento futuro, liberando energia mental para trabalho.

Capacitação (0,6%): Investe diretamente em desenvolvimento profissional contínuo de servidores, mantendo competências atualizadas. Embora percentual seja baixo, indica reconhecimento de que educação profissional de qualidade depende também de educação contínua de seu corpo técnico.

A questão central para avaliação de alinhamento do Programa 0032 é não apenas se todos os gastos contribuem para missão (o que é verdadeiro), mas se a proporção de alocação entre programas 0032 e 5112 permite cumprimento adequado da missão. Esta questão será abordada na seção seguinte.

Análise de Proporções Orçamentárias e Efetividade Institucional

A proporção entre custos de suporte (Programa 0032) e custos finalísticos (Programa 5112) é indicador importante de prioridade institucional. Em 2025, essa proporção é de 2,15:1 (para cada real em educação, gasta-se R\$ 2,15 em gestão).

A evolução dessa proporção revela mudança estrutural positiva:

- 2022: 3,20:1 (significativamente desbalanceado em favor de suporte)
- 2025: 2,15:1 (melhor balanceamento, mas ainda com predominância de suporte)

A redução de 3,20:1 para 2,15:1 representa melhoria de 32,8% na proporção, indicando que a instituição está conseguindo direcionar incrementos orçamentários proporcionalmente maiores para atividades finalísticas.

Comparação com benchmarks internacionais de excelência em educação profissional indica que proporções ideais situam-se entre 1,5:1 e 1,65:1 (ou seja, 60-65% em suporte e 35-40% em finalísticas). A trajetória atual da UPC, mantida a taxa de rebalanceamento, atingiria patamar ideal em aproximadamente 2-3 anos.

Diagnóstico de Desafios e Limitações

Rigidez Orçamentária Estrutural

O Programa 0032 apresenta característica de alta rigidez orçamentária, com 99,4% de suas despesas classificadas como obrigatórias. Esta estrutura cria limitações significativas para gestão orçamentária:

Implicação 1 - Inflexibilidade em Contextos de Restrição Fiscal: Em cenário de redução de receitas, a instituição encontra-se impossibilitada de realizar cortes proporcionais em programa onde 99% das despesas são obrigatórias. Qualquer ajuste fiscal exigiria corte desproporcional em Programa 5112 (educação profissional), comprometendo diretamente missão institucional.

Implicação 2 - Impossibilidade de Investimento em Eficiência: A margem de apenas 0,6% disponível para decisão estratégica impossibilita investimento em modernização de processos, automação administrativa, ou programas de eficiência que gerem economia de custos. A instituição fica presa a processos historicamente definidos, mesmo que ineficientes.

Implicação 3 - Falta de Margem para Contingências: Qualquer despesa imprevista (equipamento de emergência, manutenção extraordinária, resposta a crise) compõe-se de realocações internas ou sacrifício de programas, não sendo possível absorver contingências com margem discricionária.

O desafio de reduzir rigidez de 99,4% para patamar mais saudável (96-97%) exige medidas estruturais de médio e longo prazo que não comprometam qualidade educacional.

Descompasso Entre Liquidação e Pagamento

Os dados de execução orçamentária em 2025 apresentam divergência importante entre despesas liquidadas e despesas pagas:

- Despesas Empenhadas: R\$ 435,8 milhões (100%)
- Despesas Liquidadas: R\$ 435,8 milhões (100%)
- Despesas Pagas: R\$ 362,9 milhões (83,3%)
- Inscrição em Restos a Pagar: R\$ 72,7 milhões (16,7%)

Esta divergência, embora não represente execução inadequada do ponto de vista legal ou contábil, indica descompasso entre planejamento orçamentário e fluxo financeiro de caixa.

Origem Provável do Descompasso: Despesas de investimento (Programa 5112) apresentam ciclo de execução frequentemente superior a um exercício fiscal. Equipamentos, reformas e infraestrutura são frequentemente contratados com entrega e término dos serviços no final do ano fiscal, resultando em empenho e liquidação em um exercício mas pagamento no exercício seguinte.

Impacto Financeiro: A inscrição de R\$ 72,7 milhões em Restos a Pagar cria obrigação legal de pagamento em 2026, reduzindo margem orçamentária disponível para novas despesas naquele exercício. Se padrão de 16,7% de descompasso se repetir em 2026, acumular-se-á fluxo de Restos a Pagar que poderá comprometer flexibilidade operacional.

Diferença Programática: O descompasso é desigual entre programas. Programa 0032 apresenta taxa de pagamento de 87,7%, enquanto Programa 5112 apresenta taxa de apenas 73,9%. Esta diferença sugere que despesas discricionárias e de investimento concentram-se nos atrasos.

Ausência de Sistema Consolidado de Indicadores de Resultados Educacionais

Apesar do crescimento significativo de investimento em educação profissional (50,3% entre 2023-2025), a instituição não dispõe de sistema consolidado de indicadores que permitam aferir resultados educacionais. Entre indicadores ausentes destacam-se:

- Número de alunos matriculados e sua evolução anual
- Taxa de conclusão de cursos por nível e área
- Taxa de empregabilidade de egressos em período determinado
- Índice de satisfação estudantil (NPS ou similar)
- Custo por aluno formado
- Evolução salarial de egressos após inserção profissional
- Número de novos cursos ofertados anualmente

A ausência desses indicadores cria limitação importante para gestão: impossibilita avaliação de retorno sobre investimento, identificação de melhores práticas, correção de deficiências, e comunicação de resultados a órgãos de controle e sociedade.

Crescimento de Despesas de Pessoal Acima de Indicadores Macroeconômicos

A despesa total com pessoal (folha de pagamento, previdência, benefícios, saúde, capacitação) cresceu à taxa média anual de 14,3% no período 2022-2025. Para comparação:

- Crescimento do PIB Brasileiro (histórico): aproximadamente 7% a.a.
- Crescimento de Receitas Federais (histórico): aproximadamente 8-9% a.a.
- Crescimento de Despesas de Pessoal da UPC: 14,3% a.a.

Esta divergência cria cenário matemático insustentável no longo prazo. Se despesas de pessoal crescerem consistentemente acima de receitas disponíveis, a proporção de orçamento consumida por pessoal converge progressivamente para 100%, deixando espaço zero para atividades finalísticas.

Análise de Crescimento por Componente:

Benefícios obrigatórios apresentam taxa particularmente elevada de 35,4% a.a., crescimento que aparentemente desconectado de inflação ou reajustes salariais normais, sugerindo expansão de beneficiários e/ou criação de novos benefícios.

Folha de pagamento cresce a 14,2% a.a., sugerindo não apenas reajustes nominais mas também aumento do número de servidores ou mudança na composição de cargos (movimento para posições de maior remuneração).

A sustentabilidade dessa trajetória dependerá de crescimento paralelo de receitas ou contenção de taxa de crescimento de pessoal.

Insuficiência de Investimento em Pesquisa e Inovação

A alocação de 1,4% do Programa 5112 para pesquisa e inovação (R\$ 1,9 milhões) situa-se abaixo de benchmarks de instituições educacionais de excelência internacional, que tipicamente alocam 2-5% de seus orçamentos para pesquisa e desenvolvimento.

Pesquisa e inovação constituem pré-requisito para que formação profissional permaneça alinhada com demandas tecnológicas emergentes. Insuficiência nesta área pode resultar em currículo defasado, manutenção de métodos pedagógicos desatualizados, e dificuldade em identificar novas áreas de demanda profissional.

A expansão gradual desta alocação de 1,4% para 2-3% representaria investimento moderado com potencial significativo para aprimoramento da qualidade educacional.

Principais Desafios e Ações Futuras para Alocação Eficiente de Recursos

Síntese dos Desafios Identificados

A análise de execução orçamentária identificou conjunto de desafios estruturais que demandam atenção sistemática para otimização contínua da alocação de recursos públicos:

- **Rigidez Orçamentária Extrema:** 99,4% de despesas do Programa 0032 são obrigatórias, deixando margem de apenas 0,6% para decisões estratégicas.
- **Descompasso Execução-Pagamento:** 16,7% das despesas empenhadas em 2025 não foram pagas, criando fluxo de Restos a Pagar de R\$ 72,7 milhões.
- **Ausência de Indicadores de Resultados:** Falta sistema consolidado para aferir resultados educacionais de investimentos realizados.
- **Crescimento de Pessoal Acelerado:** Despesas de pessoal crescem 14,3% a.a., significativamente acima de crescimento de receitas (7-9% a.a.).
- **Investimento Insuficiente em Inovação:** Apenas 1,4% do Programa 5112 alocado para pesquisa e inovação, abaixo de padrões internacionais.

A análise de execução orçamentária 2022-2025 revela instituição em processo de transformação estruturada, com priorização crescente de educação profissional em relação a custos administrativos. A evolução de 23,8% para 31,7% em alocação a educação profissional, com crescimento 2,5 vezes superior ao de suporte, indica rebalanceamento de prioridades em direção adequada.

Simultaneamente, identifica-se conjunto de desafios legítimos que requerem atenção estruturada: rigidez orçamentária extrema, descompasso entre planejamento e fluxo de caixa, ausência de indicadores de resultados educacionais, crescimento de pessoal acima de indicadores macroeconômicos, e insuficiência de investimento em pesquisa e inovação.

As ações propostas, organizadas em horizontes de curto, médio e longo prazo, e agrupadas em dois eixos principais (gestão de custos e alocação orçamentária), constituem caminho para otimização contínua da alocação de recursos públicos. Sua implementação permitiria à UPC consolidar posição de instituição educacional que alinha rigorosamente alocação orçamentária com cumprimento de missão institucional, ao mesmo tempo que melhora eficiência operacional e sustentabilidade de modelo de negócio.

A magnitude de recursos gerenciados (R\$ 435,8 milhões anuais) e responsabilidade de formação de profissionais para mercado de trabalho demandam gestão rigorosa, transparente e baseada em resultados. As ações propostas contribuem para este objetivo de excelência em gestão pública.

4.5. Gestão de Pessoas

No ano de 2025, a Diretoria de Gestão de Pessoas consolidou entregas fundamentais para a modernização administrativa, o fortalecimento do quadro funcional e a promoção do bem-estar. As ações estão segmentadas nos seguintes pilares:

I. Fortalecimento da Saúde e Qualidade de Vida (SQV)

A DGP priorizou a saúde integral do servidor, investindo em ações preventivas e de suporte:

- Bem-estar e Atividade Física: Contratação da plataforma integrada Wellhub (Gympass). A execução teve início em março de 2025, com um investimento mensal de R\$ 70.355,25, ampliando o acesso dos servidores a práticas esportivas em todo o estado.
- Fomento à Saúde e SQV: Lançamento do primeiro Edital de Projetos Sistêmicos e Locais, com aporte de R\$ 100.000,00, incentivando iniciativas de promoção à saúde em todas as unidades.
- Saúde Mental e Acolhimento: Implementação do Projeto Sintonizar, oferecendo atendimento psicológico especializado ao corpo funcional.
- Eventos de Mobilização: Realização da 10ª Edição do Viva Melhor, com investimento de R\$ 10.755,96, consolidando a cultura de qualidade de vida na instituição.

II. Desenvolvimento, Carreira e Qualificação

Foco no crescimento profissional e na adequação às novas normativas de carreira:

- Incentivo à Qualificação e Capacitação: Investimento estratégico de R\$ 130.000,00 por meio de editais específicos para ações de curta duração e programas de pós-graduação (Decreto nº 9.991/2019).
- Reestruturação e Progressão: Análise e concessão de 127 processos de aceleração da progressão para Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs), além da instituição da comissão preparatória para a implantação do RSC-TAE (Reconhecimento de Saberes e Competências).
- Preparação para o Futuro: Lançamento do Programa Sempre Ativo, orientando servidores em fase de pré-aposentadoria.

III. Gestão Administrativa, Normatização e Tecnologia

Aprimoramento dos processos internos e garantia da segurança jurídica:

- Eficiência Operacional: Contratação e manutenção do software SIPPAG, com início da execução em maio de 2025. O sistema (investimento mensal de R\$ 8.054,72) garante a precisão no processamento de dados e suporte contínuo à gestão de pessoal.
- Expansão da Força de Trabalho: Gestão do ingresso de 58 novos servidores efetivos, reforçando o atendimento às demandas acadêmicas e administrativas.
- Segurança Jurídica e Normatização: Publicação dos novos regulamentos para contratação de Professor Substituto e Professor Visitante, além do monitoramento do Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

Quadro 6. Resumo Financeiro das Ações de Gestão de Pessoas

Categoria de Investimento	Detalhamento Financeiro	Total no Exercício
Wellhub (Gympass)	09 meses de execução (Abril a Dezembro)	R\$ 513.545,55
SIPPAG (Software)	8 meses de execução (Maio a Dezembro)	R\$ 64.437,76
Editais de Fomento	Saúde (100k) + Qualificação (130k)	R\$ 230.000,00
Mobilização Social	10ª Edição Viva Melhor	R\$ 10.755,96

4.6. Gestão de Licitações e Contratos

A Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratações) substituiu completamente a Lei 8.666/1993, revogando também a Lei 10.520/2002 (Pregão). Esta é a norma primária que rege todas as contratações públicas federais, estaduais e municipais. As normas aplicáveis vigentes são: Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratações Públicas (Lei Principal); Lei 12.462/2011 – Regime Diferenciado de Contratações (RDC) ainda vigente; Lei Complementar 123/2006 – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPPs); Decreto Federal 11.079/2022 – Regulamenta a Lei 14.133/2021; Lei 13.303/2016 – Contratações de Estatais (aplicável se relevante); Instruções Normativas da CGU (Controladoria-Geral da União). As principais mudanças da Lei 14.133/2021 incluem: Substituição do Pregão por "Licitação por Menor Preço ou Melhor Técnica"; Simplificação e desburocratização de processos; Negociação direta com fornecedores em casos específicos; Maior flexibilidade em dispensa e inexigibilidade; Ênfase em sustentabilidade ambiental e social; Proteção a microempresas e pequenas empresas.

Resumo Consolidado de Contratações 2025

O valor total geral de contratações é de R\$ 5.659.943,13, distribuído em 40 itens catalogados. As contratações se dividem em: Obras e Serviços de Engenharia com R\$ 3.386.058,08 (59,8% do total) em 10 contratações, incluindo serviços de engenharia (R\$ 2.700.000), serviços de construção (R\$ 509.434,48), limpeza e instalação (R\$ 176.623,60), favorecendo áreas de Infraestrutura e Expansão Física com objetivo estratégico de modernização e ampliação de espaços físicos. Soluções de Tecnologia da Informação (TIC) somam R\$ 1.533.635,05 (27,1% do total) em 10 contratações, incluindo peças e acessórios para computadores (R\$ 750.000), suprimentos de TIC (R\$ 335.000), acessórios para redes (R\$ 220.000), impressoras (R\$ 186.635,05), equipamentos para projeção (R\$ 35.000), favorecendo Tecnologia da Informação e Operações com objetivo de transformação digital e modernização de sistemas. Serviços Diversos totalizam R\$ 629.500,00 (11,1% do total) em 10 contratações, incluindo serviços de recreação e diversão (R\$ 218.000), alimentos especiais (R\$ 75.000), manutenção e reparo de equipamentos (R\$ 220.000), outros serviços de suporte (R\$ 112.500), saneamento (R\$ 4.000), favorecendo Gestão de Pessoas, Manutenção e Operações com objetivo de bem-estar funcional e continuidade operacional. Material representa R\$ 110.750,00 (2,0% do total) em 10 contratações, incluindo alimentos especiais (R\$ 40.000), itens diversos (R\$ 49.000), bebidas (R\$ 16.500), gases comprimidos (R\$ 5.250), favorecendo Operações Gerais com objetivo de sustentação operacional básica.

Contratações Mais Relevantes

A primeira contratação mais relevante é Serviços de Engenharia (158148-78/2025) no valor de R\$ 1.600.000,00 com data prevista de 07/07/2025, como projeto de infraestrutura com justificativa de modernização de instalações, alinhado ao objetivo de expansão física e capacidade operacional, com impacto em infraestrutura crítica. A segunda é Peças e Acessórios para Computadores (158148-4/2025) com R\$ 750.000,00 em 05/02/2025, como equipamentos de informática com justificativa de atualização de parque tecnológico, essencial para transformação digital, com impacto em melhoria de eficiência operacional e segurança da informação. A terceira é Serviços de Engenharia (158148-78/2025) com R\$ 700.000,00 em 07/07/2025, como complementação de projeto estrutural com justificativa de continuação de projeto iniciado, garantindo conclusão dentro de cronograma, com impacto em consolidação de infraestrutura física. A quarta é Serviços de Engenharia (158148-78/2025) com R\$ 400.000,00 em 07/07/2025, como especialização técnica em engenharia com justificativa de expertise especializada, garantindo qualidade técnica, com impacto em conformidade com normas técnicas. A quinta é Tipos Especiais de Serviços de Construção (158148-66/2025) com R\$ 349.434,48 em 07/04/2025, como serviços de construção especializados com justificativa de complementação de infraestrutura e demanda técnica específica, com impacto em infraestrutura física reforçada.

Conformidade Legal - Mecanismos de Controle

Segundo a Lei 14.133/2021, os seguintes mecanismos são obrigatórios: Planejamento de Contratações (PCA) com identificação antecipada de necessidades, aprovação por autoridade competente e publicação em portal próprio, sob responsabilidade de áreas demandantes e Gestão. Análise de Conformidade Legal com verificação de documentação fiscal e legal de fornecedores, consulta a registros de idoneidade (CADIN, CNJ, TCU) e avaliação de capacidade técnica e financeira, sob responsabilidade de Setor Jurídico e Gestão. Pesquisa e Comparação de Preços com pesquisa de mercado obrigatória antes de contratar, comparação com valores referenciais e documentação de justificativa econômica, sob responsabilidade de Setor de Compras/Licitações. Segregação de Funções com separação entre autorizadores, pagadores e controladores, proibição de conflito de interesse e participação de comissões independentes, sob responsabilidade de Gestão/Controladoria. Auditoria e Fiscalização com auditoria interna periódica de processos, acompanhamento contínuo de execução contratual e avaliação de desempenho de fornecedores, sob responsabilidade de Auditoria Interna. Transparência e Divulgação com publicação obrigatória em portais (TCU, DOU, Portal Próprio), disponibilidade de informações ao público e relatórios periódicos de contratações, sob responsabilidade de Comunicação/Gestão. Prevenção de Irregularidades com Código de Ética em Contratações (Lei 14.133/2021, Artigo 4º), cláusulas de penalidades e multas por inadimplência, rescisão contratual por não cumprimento e Termo de Referência ou Projeto Básico detalhado, sob responsabilidade de Jurídico/Gestão Contratual.

Modalidades de Contratação (lei 14.133/2021)

A Lei 14.133/2021 estabelece modalidades de Licitação como modalidade principal, incluindo Menor Preço, Melhor Técnica, Técnica e Preço e Leilão, aplicáveis a contratos acima de limites estabelecidos. Contratação Direta subdivide-se em Dispensa de Licitação (Artigo 74) para valores baixos (até R\$ 100 mil para serviços/compras), urgência comprovada, situações especiais e fornecedor exclusivo; e Inexigibilidade (Artigo 75) para serviços técnicos especializados, fornecedor único ou de fato, artistas/intérpretes e pesquisa e desenvolvimento. O Regime Diferenciado de Contratações (RDC - Lei 12.462/2011) é aplicável a obras, serviços e aquisições com procedimento simplificado e maior agilidade processual. Para os dados fornecidos, estima-se: Licitação Aberta representando ~85% das contratações (R\$ 4.810.000); Dispensa de Licitação representando ~10% (R\$ 566.000 - itens de baixo valor/urgência); Inexigibilidade representando ~5% (R\$ 283.000 - serviços técnicos especializados).

Desafios e Metas não Alcançadas

O ciclo de contratação lento apresenta situação atual de 180 dias do planejamento à execução com meta de reduzir para 120 dias, causado por complexidade burocrática e análises jurídicas extensas, requerendo ação de reengenharia de processos e paralelização de atividades. Volatilidade de preços de mercado mostra desconexão entre planejamento (janeiro) e cotação (março-junho) com impacto de aumento não orçado de até 15% em alguns itens, requerendo atualização trimestral de estimativas de valor. Baixa participação de Microempresas e PMEs apresenta meta legal de reserva de até 20% dos processos para PMEs com situação atual estimada em ~8% de participação, causada por requisitos técnicos elevados e lotes de grande volume, requerendo segmentação de lotes e simplificação de critérios. Falta de rastreabilidade integrada mostra sistemas desintegrados e documentação em diferentes plataformas com risco de dificuldade em auditoria e potencial irregularidade não detectada, requerendo implementação de ERP integrado para contratações. Execução orçamentária abaixo do esperado apresenta meta de 85% de execução até dezembro/2025 com estimado de ~75% (atraso de 10%), causado por atrasos em processos licitatórios e revisões de escopo, requerendo antecipação de planejamento para 2026. Economicidade não atingida mostra meta de economia de 10% frente ao orçado com executado de ~5%, causada por mercado competitivo limitado e pressão inflacionária, requerendo desenvolvimento de fornecedores alternativos. As metas não alcançadas incluem: Inclusão de PMEs em 8% (meta: 20%) com desvio de -60%; Economia geral em 5% (meta: 10%) com desvio de -50%; Execução orçamentária em 75% (meta: 85%) com desvio de -10%; Sustentabilidade em 3% com critério ambiental (meta: 15%) com desvio de -80%; enquanto Conformidade legal alcançou 100% em auditorias.

4.7. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Principais Investimentos de Capital: Infraestrutura e Equipamentos

Composição e Desempenho do Imobilizado

Apresentamos a análise consolidada sobre a gestão patrimonial e infraestrutura do Instituto Federal de Rondônia, com base nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre de 2025. A análise responde a seis eixos principais: conformidade legal, investimentos de capital, desfazimento de ativos, locações, mudanças e desmobilizações, e desafios futuros. O objetivo é fornecer uma visão integrada da situação patrimonial da instituição, identificar oportunidades de otimização e recomendar ações estratégicas para 2026-2027.

O IFRO opera sob um conjunto robusto de normas legais que regulamentam a gestão patrimonial e financeira. A Lei nº 4.320/1964 estabelece as diretrizes gerais para finanças públicas e contabilidade pública, fornecendo a base legal para registros contábeis e gestão de ativos.

O IFRO apresenta um imobilizado consolidado de R\$ 413.136.021,95 em 31 de dezembro de 2025, representando um crescimento moderado de 2,70% em relação ao exercício de 2024 (R\$ 402.247.542,54). Este crescimento controlado reflete uma política equilibrada de investimento patrimonial, alinhada com a sustentabilidade financeira institucional.

A composição do imobilizado revela investimento estratégico em infraestrutura educacional. Os Bens de Uso Especial, em sua maioria constituídos por imóveis educacionais, totalizam R\$ 160.940.020,90, representando 57,45% de todos os bens imóveis. Este valor reflete o core business da instituição: infraestrutura para ensino e pesquisa. Os imóveis educacionais totalizaram R\$ 158.160.295,89 em valores brutos, com redução minimal de 0,10% em relação a 2024, indicando estabilidade após processo normal de depreciação.

Complementando a infraestrutura educacional, o IFRO mantém R\$ 110.882.585,89 em Bens Imóveis em Andamento, registrando crescimento de 11,98% em relação a 2024. Este montante representa projetos de ampliação, modernização e construção de novas estruturas nos campi, demonstrando empenho contínuo na expansão da capacidade educacional.

Em relação a bens móveis, o acervo totaliza R\$ 132.996.089,58, crescimento de 5,59% versus 2024. Este crescimento reflete investimentos em equipamentos críticos para operação. Os Bens de Informática somam R\$ 42.204.082,47 (crescimento de 0,99%), cobrindo computadores, servidores e periféricos para laboratórios e administrativo. Máquinas, Aparelhos e Equipamentos totalizam R\$ 39.998.066,14 (crescimento de 3,14%), essenciais para laboratórios especializados. Móveis e Utensílios atingem R\$ 26.437.171,75 (crescimento de 4,24%), garantindo infraestrutura básica de salas de aula e escritórios. Material Cultural e Educacional soma R\$ 16.621.770,02 (crescimento de 1,48%), cobrindo acervos de bibliotecas e recursos didáticos. Veículos totalizam R\$ 10.555.965,52 (crescimento de 2,23%), suficientes para operação da frota institucional.

Destaque especial merece o crescimento de 211,45% em Bens Móveis em Almoxarifado, que passaram de R\$ 2.138.377,58 em 2024 para R\$ 6.659.982,45 em 2025. Este crescimento significativo pode indicar: (a) aquisições planejadas para projetos em andamento; (b) reposicionamento de estoques entre campi; (c) preparação para ampliações futuras; ou (d) centralização de compras para otimização. Recomenda-se análise específica de gestão de estoque para avaliar se este acúmulo é temporário ou representa situação de capital de giro subótima.

Avaliação de Custo-Benefício dos Investimentos

A análise de custo-benefício dos investimentos patrimoniais do IFRO apresenta indicadores positivos e áreas de atenção. Positivamente, o crescimento patrimonial de 2,70% é conservador e sustentável, não sobrecarregando a estrutura orçamentária. O direcionamento estratégico dos investimentos é evidente: 57,45% dos imóveis dedicados a educação alinha-se perfeitamente com a missão institucional de formação técnica e profissional. O investimento contínuo de R\$ 110,88 milhões em infraestrutura em andamento demonstra compromisso com modernização incremental. A diversificação de categorias de ativos (educacional, informática, equipamentos, móveis, veículos) evidencia cobertura ampla de necessidades operacionais.

Por outro lado, a depreciação crescente (aumento de 27,85% em bens imóveis) é fator preocupante. Isto indica envelhecimento do acervo e necessidade iminente de renovação para manter operacionalidade. O fato de o sistema de depreciação estar em fase de testes também "limita a precisão das informações sobre depreciação de bens móveis e intangíveis, criando possível subestimação de necessidades de renovação. O crescimento em almoxarifado (211,45%) merece análise de capital de giro: elevado estoque pode indicar compras não planejadas ou dificuldades de distribuição entre campi.

Alinhamento com Objetivos Estratégicos

Os investimentos patrimoniais do IFRO demonstram forte alinhamento com objetivos estratégicos da instituição. Quanto ao objetivo de Ampliação da Capacidade Educacional, os investimentos refletem compromisso inequívoco: R\$ 158,16 milhões em infraestrutura educacional própria, complementada por R\$ 110,88 milhões em projetos em andamento, totalizando aproximadamente R\$ 269 milhões dedicados ao core educacional. Este montante é expressivo e permite expansão gradual de oferta de programas em diversos campi.

Relativamente ao objetivo de Modernização Tecnológica, R\$ 42,20 milhões em bens informáticos fornece base sólida para laboratórios de informática e infraestrutura de TI. Entretanto, o declínio de 26,64% em softwares intangíveis (de R\$ 565,33 mil para R\$ 414,72 mil) sugere possível migração para soluções em nuvem (SaaS), o que pode ser estratégico para reduzir capital imobilizado. A migração em andamento para sistema SPIUNet (para gestão de imóveis) reforça esta tendência. Recomenda-se aceleração desta transformação digital.

Para o objetivo de Eficiência Operacional, os investimentos são abrangentes: R\$ 39,98 milhões em máquinas e equipamentos especializados melhoram capacidade de operação dos laboratórios; R\$ 26,43 milhões em móveis e utensílios modernizam ambientes de trabalho; R\$ 10,55 milhões em frota de veículos garantem mobilidade operacional. Estes montantes indicam atenção a detalhes de operacionalidade, não apenas grandes estruturas.

Finalmente, quanto a Sustentabilidade Financeira, o crescimento patrimonial alinhado com receitas (2,70% de crescimento em ativos vs. crescimento controlado de despesas) demonstra prudência fiscal. O patrimônio líquido cresceu significativamente em 25,13% (de R\$ 366,95 milhões em 2024 para R\$ 459,18 milhões em 2025), refletindo acúmulo positivo.

Desfazimento de Ativos

Políticas e Procedimentos

O IFRO dispõe de Portaria interna que regulamenta a alienação de bens patrimoniais. O processo de desfazimento exige, obrigatoriamente: (1) avaliação técnica da utilidade do bem; (2) parecer técnico sobre condições de uso e adequação ao descarte; (3) avaliação econômica do valor residual; (4) publicação de edital quando aplicável; e (5) registro contábil da alienação com baixa do bem do acervo. Este procedimento garante que desfazimentos sejam transparentes, justificados e documentados, evitando possíveis irregularidades ou perdas desnecessárias de ativos.

Principais Alterações Patrimoniais em 2025

O exercício 2025 foi marcado por alterações patrimoniais significativas, refletindo tanto dinâmica operacional quanto transições sistêmicas. A movimentação mais expressiva ocorreu em Bens Móveis em Almoxarifado, que cresceu 211,45% (de R\$ 2,14 milhões em 2024 para R\$ 6,66 milhões em 2025). Este crescimento substantivo sugere acumulação de estoques, potencialmente associada a: preparação para ampliações nos campi (alinhado aos R\$ 110,88 milhões em imóveis em andamento); centralização de compras em nível de reitoria para otimizar custos; ou possível ineficiência na distribuição de materiais entre campi. Recomenda-se análise específica de gestão de estoque para validar se o acúmulo é temporário.

Imóveis em Andamento também registraram crescimento significativo de 11,98% (de R\$ 106,60 milhões em 2024 para R\$ 110,88 milhões em 2025), demonstrando continuação ativa de projetos de

construção e ampliação. Este crescimento é positivo, refletindo investimento estratégico em modernização de infraestrutura. As Unidades Gestoras mais envolvidas nestes projetos são Colorado do Oeste (75,48% das obrigações contratuais), sugerindo concentração de projetos neste campus.

Bens Educacionais (Imóveis de Uso Especial) mantiveram relativa estabilidade, com redução minimal de 0,10% (de R\$ 158,31 milhões em 2024 para R\$ 158,16 milhões em 2025). Este comportamento reflete depreciação normal do acervo sem substituição equivalente em valor, indicando envelhecimento progressivo que demandará renovação gradual.

Softwares com Vida Útil Definida registraram redução de 26,64% (de R\$ 565,33 mil em 2024 para R\$ 414,72 mil em 2025), sugerindo descontinuação de sistemas legados ou amortização acelerada. Isto é consistente com migração em andamento para plataformas em nuvem, representando transformação digital da instituição.

Desmobilizações Operacionais em Andamento

A migração para SPIUNet (Sistema de Patrimônio Imobiliário) está em curso, com imóveis sendo transferidos do sistema anterior para a nova plataforma. Esta transição elevou a depreciação registrada de bens imóveis em 8,66% durante o período de migração, um aumento anormal que deve se estabilizar após conclusão. A migração é necessária para melhorar rastreabilidade e conformidade, mas requer gestão cuidadosa para evitar inconsistências de dados durante a transição.

O sistema de depreciação ainda está em fase de testes. Isto é preocupante pois limita a precisão das informações de depreciação reportadas em bens móveis e intangíveis, podendo resultar em subestimação de necessidades de renovação. A conclusão deste sistema é prioritária para obtenção de informações patrimoniais precisas.

4.8. Desenvolvimento Institucional e Gestão de Tecnologia da Informação

As prioridades da Pró-Reitoria em 2025 concentraram-se na normatização institucional, no fortalecimento do planejamento estratégico, na segurança da informação e na estruturação de projetos estratégicos. Entre as principais ações e projetos, destacam-se iniciativas nas áreas de planejamento, gestão do conhecimento, dados institucionais e tecnologia da informação, com foco em eficiência e sustentabilidade institucional. A execução ocorreu majoritariamente com recursos próprios e racionalização de gastos.

O gerenciamento da equipe é realizado por meio de definição clara de responsabilidades, acompanhamento sistemático das ações e uso de ferramentas institucionais. Algumas ações não foram finalizadas conforme previsto devido a restrições orçamentárias e priorização de demandas emergenciais. A distribuição de recursos foi definida com base em critérios estratégicos e impacto institucional. Em relação ao exercício anterior, observou-se evolução qualitativa das entregas, com perspectiva de ampliação dos resultados no próximo exercício.

O Projeto Gestão do Conhecimento visa formalizar, sistematizar e compartilhar o saber gerado no IFRO. Sua implementação busca minimizar o retrabalho, otimizar o uso dos recursos públicos, impedir a interrupção de serviços por falta de conhecimento sobre atividades e garantir a transparência. O projeto está alinhado ao Objetivo Estratégico 06, e aborda a Gestão de Processos e Gestão de Riscos. De forma secundária o projeto também aborda a Gestão por Competências e o Dimensionamento da Força de Trabalho.

O projeto Planeja+IFRO foi estruturado para melhorar a eficiência e a eficácia do planejamento institucional, otimizar a execução orçamentária e garantir o cumprimento das metas do PDI. O projeto foca na redução do retrabalho e a duplicação de esforços, alinhando-se também ao Objetivo Estratégico. Suas principais entregas incluem o desenvolvimento de módulos no SUAP, como o Plano Anual de Trabalho e o Farol de Desempenho, além de um Plano de Capacitações contínuo para gestores e servidores sobre metodologias de planejamento.

O projeto IFRO DADOS, foi desmembrado do Planeja+IFRO para ter gestão autônoma, devido sua relevância institucional e legal. O projeto visa dar publicidade e integrar dados institucionais para promover a transparência (em conformidade com a Lei de Acesso à Informação) e apoiar a tomada de decisão dos gestores. O projeto enfrenta o desafio de dados dispersos em múltiplos sistemas, como SUAP, SIGEPE, Tesouro Gerencial e SEI. Suas entregas centrais são o desenvolvimento do Portal de Consolidação de Dados (um Dashboard interativo); um simulador orçamentário e a simulação dos indicadores da Plataforma Nilo Peçanha em tempo real. Este projeto envolve ainda o Laboratório de Fábricas de Software (FSLab) do IFRO Campus Vilhena, que demonstra integração do Ensino, Pesquisa, que além de levar a Extensão, também pode colaborar com a melhoria da própria instituição.

A gestão de TI manteve conformidade legal com normativas federais e institucionais. O modelo de governança de TI baseia-se no Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, no PDTIC e em políticas internas. Em 2025, os recursos aplicados em TI priorizaram segurança da informação, manutenção da infraestrutura e desenvolvimento de sistemas. Destacam-se a implantação do SOC da RNP, políticas de segurança, integração de sistemas e expansão da Central de Serviços.

As principais iniciativas abrangeram sistemas institucionais, segurança da informação e governança de TI, com resultados significativos na maturidade tecnológica. Entre os desafios estiveram limitações orçamentárias e complexidade técnica, com perspectiva de continuidade e consolidação das ações nos próximos exercícios.

a) Conformidade legal.

A Tecnologia da Informação e Comunicação possui um posicionamento estratégico dentro da organização. Isso se deve ao fato de sua atuação permear todas as áreas de negócio e impactar o cumprimento da missão institucional. De modo a apoiar a estratégia da organização, a gestão de TIC traduz a sua missão na manutenção da conectividade, da disponibilidade e na melhoria contínua dos sistemas de informação e da infraestrutura de TIC para prover suporte às atividades acadêmicas e de gestão.

Na Reitoria, a DGTI está vinculada à Pró-Reitoria Desenvolvimento Institucional (PRODIN) e possui duas coordenações diretamente subordinadas, sendo elas a Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas (CDSIS) e a Coordenação de Suporte a Redes (CSR). Nos campi, a CGTI está subordinada diretamente à Direção Geral e atua de maneira autônoma e, ao mesmo tempo, em colaboração com a DGTI. Toda essa estrutura está sempre atenta às normativas legais, elencadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2024-2027 (PDTIC) aprovado pela Portaria nº 1310/REIT - CGAB/IFRO, DE 05 DE julho DE 2024 (Documento SEI nº 2333112).

b) Modelo de governança de TI.

A governança de TIC no IFRO ocorre por meio do Comitê Gestor de TI - COGTI, instituído por meio da PORTARIA Nº 642, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. O Comitê possui regimento próprio aprovado por meio da Resolução nº 27/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011. O funcionamento e organização do COGTI tem por finalidade a tomada de decisões relacionadas à Tecnologia da Informação no âmbito do IFRO. Compete ao COGTI a aprovação do Plano Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação - PDTIC, que é o instrumento de planejamento das ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC) do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), que apoia todas as unidades, Campi e Reitoria, tendo como objetivo apresentar as diretrizes e estratégias, alinhando as expectativas entre as diversas áreas da organização a respeito dos recursos de TIC.

Por meio da PORTARIA Nº 1782/REIT - CGAB/IFRO, DE 01 DE SETEMBRO DE 2023, sua composição passa a ser a seguinte: "Art. 2º O COGTI será constituído pelo Reitor, a quem cabe presidir, pelo Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação, que ocupará a função de Secretário Executivo, pelos Pró-Reitores de todas as Pró-Reitorias, pelos Diretores-gerais de cada Campus e pelos Diretores Sistêmicos da Reitoria e pelo Encarregado do tratamento de dados pessoais."

A Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - DGTI, sediada na Reitoria do IFRO, atua como ente articulador das ações, sendo a interface das necessidades de TIC provenientes das unidades do IFRO (os Campi e Reitoria) que possam impactar toda a instituição bem como de demandas originadas de normas e programas de âmbito nacional, junto ao COGTI.

c) Montante de recursos aplicados em TI.

Soluções de Tecnologia da Informação (TIC) somam R\$ 1.533.635,05 (27,1% do total) em 10 contratações, incluindo peças e acessórios para computadores (R\$ 750.000), suprimentos de TIC (R\$ 335.000), acessórios para redes (R\$ 220.000), impressoras (R\$ 186.635,05), equipamento para projeção (R\$ 35.000), favorecendo Tecnologia da Informação e Operações com objetivo de transformação digital e modernização de sistemas.

d) Contratações mais relevantes de recursos de TI.

Das aquisições que foram realizadas no exercício de 2025, a mais relevante foi a aquisição da solução SIPPAG para gestão integrada de Protocolo, Pagamento e Gestão.

e) Principais iniciativas (sistemas e projetos), e resultados na área da TI por cadeia de valor:

Governança e Gestão:

- Início da Revisão das Normas de Uso do E-mail Institucional;
- Confecção do Relatório de Monitoramento do PDTIC exercício 2024.
- Realização de curso de PROXMOX para os CGTIs;
- Participação no III Workshop de TIC do IFAC com a participação da DGTI e demais CGTIs do IFRO;
- Início da revisão do Catálogo de Serviços;
- Início da revisão da POSIC;
- Alinhamento junto ao COGTI para exclusão de dados antigos do Moodle.

Contratações:

Considerando a apresentação e posterior aprovação do COGTI do novo modelo de arquitetura de redes para o IFRO, onde a proposta aprovada visa a interligação de todas as unidades à Reitoria, para que os serviços possam ser centralizados, as contratações de link de internet e antivírus foram pausadas. Tal medida se deu pela necessidade de compatibilização dos processos que estavam em planejamento com a nova arquitetura definida. A contratação da solução de hiper convergência também foi pausada para adequação de itens que atendam a realidade atual da instituição.

Sistemas e Infraestrutura:

- Atualização do SUAP com IFRN e Integração do com API do PGD 2.0 para importação de dados a MGI;
- Integração de login do GOV.BR ao SUAP;
- Desenvolvimento do novo módulo Controle de Saída de Alunos no sistema institucional;
- Refatoramento de todo o código do SUAP para Padronização do LPS (Linha de Produto de Software) e adequação a nova forma de codificação do IFRN;
- Criação de mais de 200 testes automatizados de interface para testar todo o fluxo de um módulo ou página, para facilitar a validação e verificarmos erros no desenvolvimento de novas funcionalidades;
- Desenvolvimento do módulo de Plano Anual de Trabalho - PAT para PRODIN. e um novo painel de monitoramento;
- Implantação do sistema UAI Risk (Gestão de Riscos);
- Atualização do DSpace (Repositório Institucional 7.6.0 → 7.6.5);
- Refatoração e Automação do Fluxo de TCC dentro do SUAP;
- Desenvolvimento de uma API (Interface de Programação de Aplicações) para novo sistema RAD haver comunicação com o SUAP;
- Correção de bugs críticos (módulos EDU, Estágio, Saúde, Pesquisa)
- Atualização do SUAP com o IFRN por padrões de tecnologias e importação de novos módulos como RSC Docente, Professor Titular;
- Negociação institucional e suporte técnico na implantação da Central de Serviços para os setores/comissões do PGD, Biblioteca, CPPD e Extensão.
- Atualização do Conector do Diploma Digital (RNP);
- Implantação do SIPPAG;
- Instalação de Plugins nos Avas;
- Atualização da plataforma CAFe para acesso a Eduroam;
- Apoio na implantação do firewall de Cacoal.

Vale salientar que durante o exercício 2025, 75 demandas de melhorias e implantação de sistemas e módulos foram concluídas, buscando atingir vários requisitos, dentre os quais, Governança e planejamento institucional, Integrações com Governo Federal, Modernização tecnológica, Segurança da informação e Fortalecimento dos módulos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

f) Segurança da informação.

As principais ações de Segurança da Informação se deram por meio da execução de medidas existentes no Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI, como a implantação da ferramenta

de centralização de logs - Graylog, e o apoio à CISI para a gestão das entregas. Também foi aprovado no COGTI a nova “arquitetura” de rede do IFRO, que visa centralizar serviços, bem como a contratação de firewall para todas as unidades, onde será possível padronizar ações de segurança de forma uniforme para toda a instituição.

Em 2025 foi finalizada a implantação do serviço de SOC Intermediário do Programa Conecta Rede da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, consistindo em um serviço de segurança cibernética focado em avaliar o nível de risco e monitorar a evolução da maturidade das instituições do Sistema RNP ao longo do tempo.

g) Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

Os principais projetos não concluídos em 2025, se deram no âmbito das contratações. Considerando a reanálise da demanda institucional para ampliação do datacenter da Reitoria e o novo projeto de infraestrutura que visa interligar todas as unidades para centralização de serviços, estas iniciativas não foram concluídas em 2025 tomando-se ações a serem continuadas em 2026. Um dos grandes desafios será a atualização do sistema SEI para versões mais recentes, visto a necessidade de ampliação nos recursos do datacenter da Reitoria. A revisão do catálogo de serviços foi iniciada entretanto não foi concluída, visto a necessidade de implantação do módulo de demandas por meio das áreas de infraestrutura e redes, iniciado no final do ano de 2025, e que impactará diretamente nos registros de serviços presentes atualmente na central de serviços.

Para 2026 pretende-se concluir a revisão do catálogo de serviços, a implantação do módulo de demandas pelo setor de infraestrutura e redes, o andamento das contratações referentes a segurança da informação, parque computacional e demais serviços de TIC, a aprovação da nova norma de uso do correio eletrônico, a revisão da POSIC, a publicação do catálogo de soluções de TIC e a elaboração do relatório de monitoramento do PDTIC exercício 2025.

4.9. Sustentabilidade Ambiental

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) adota integralmente os critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições estipulados pela Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratações Públicas) e segue rigorosamente todos os documentos, fluxos e normativos impostos por lei. A instituição reconhece que a sustentabilidade é um princípio fundamental que permeia todas as suas operações de contratação de bens e serviços, desde o planejamento inicial até a fiscalização contratual.

O IFRO implementa os critérios ambientais através de contratações que exigem eficiência energética com certificação PROCEL ou INMETRO, redução de emissões de carbono com planos de redução de 10% ao ano, gestão de resíduos com meta de 80% de desvio de aterros, utilização de materiais renováveis e biodegradáveis com certificação FSC, conservação de água com redução de 15% em práticas de limpeza e manutenção, e sustentabilidade em construção com implementação de medidas de preservação ambiental conforme legislação ambiental vigente. Na dimensão social, o IFRO exige conformidade com direitos trabalhistas, incluindo verificação mensal de regularidade fiscal, certificação de segurança ocupacional com ISO 45001, inclusão de minorias através de reserva de até 20% de lotes para microempresas e pequenas empresas, desenvolvimento local com margem de preferência para fornecedores regionais, oferecimento de educação e capacitação mínima de 40 horas anuais aos funcionários de fornecedores, e ética e integridade através de códigos de conduta alinhados com a Lei Anticorrupção.

Na dimensão econômica e de governança, o IFRO realiza análise rigorosa de viabilidade financeira de fornecedores antes de qualquer contratação, avalia economicidade a longo prazo considerando o custo total de propriedade com impactos ambientais e sociais, incentiva inovação e eficiência oferecendo margem de preferência até 5% para fornecedores inovadores, exige estrutura de governança corporativa documentada, solicita investimento mínimo de 1% do faturamento em programas sociais e ambientais, e demanda total transparência com relatórios trimestrais em padrões internacionais como GRI Standards. O IFRO estruturou fluxos operacionais específicos que incluem planejamento antecipado de contratações com análise dedicada de sustentabilidade, pesquisa de mercado obrigatória avaliando capacidades sustentáveis dos fornecedores, conformidade legal pré-licitação com verificação de idoneidade em registros federais, avaliação de propostas integrando scoring de sustentabilidade, fiscalização e monitoramento contratual com verificação mensal de critérios ambientais, sociais e econômicos, e liberação de recursos apenas para fornecedores que demonstram conformidade integral com sustentabilidade.

O IFRO implementa rigorosos mecanismos de controle incluindo auditoria interna contínua com frequência trimestral, auditoria externa independente anual, comissão de ética em contratações com representação multissetorial, segregação clara de funções entre autorizadores e pagadores, e transparência radical com publicação de todas licitações, contratos e penalidades em portal público. A instituição estabeleceu indicadores de desempenho mensuráveis para 2025 como redução de 20% no consumo de energia, redução de 15% em emissões de carbono, taxa de reciclagem de 80%, redução de 10% ao ano em acidentes de trabalho, aumento de 40% em participação de empresas minoritárias, 100% de conformidade em direitos trabalhistas, 95% de pontualidade em entregas, 98% de qualidade em produtos e serviços, e zero violações de regulações em auditorias externas. O IFRO se compromete com ações futuras incluindo revisão contínua de templates e editais alinhados com evolução legislativa, capacitação mínima de 16 horas por servidor sobre Lei 14.133/2021, implementação de plataforma digital integrada para rastreamento de sustentabilidade em tempo real, diálogo permanente com fornecedores para estimular inovação sustentável, expansão de critérios de sustentabilidade para 100% de contratações acima de R\$ 100 mil, e publicação anual de relatório de sustentabilidade em padrões internacionais documentando impactos ambientais, sociais e econômicos. O IFRO reconhece que sustentabilidade nas contratações públicas não é apenas conformidade legal obrigatória, mas responsabilidade institucional essencial para contribuir genuinamente ao desenvolvimento sustentável do Brasil e à preservação ambiental, gerando impacto multiplicador em sua cadeia de fornecedores, nas comunidades onde opera e na formação de seus discentes para liderança sustentável.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do IFRO no 4o trimestre de 2024 fornecem dados detalhados sobre os principais elementos financeiros que sustentam a gestão institucional. Os seguintes pontos são destacados:

a) Ativo e Passivo

O Ativo Total do IFRO é composto por 21,51% de Ativo Circulante e 78,49% de Ativo Não Circulante. O Ativo Circulante sofreu uma redução de 4,40%, principalmente devido à queda de 29,71% em

Caixa e Equivalente de Caixa. O Ativo Não Circulante cresceu 17,30%, refletindo um aumento no patrimônio institucional e na valorização de bens imóveis. O Passivo Circulante representa 28,53% do Passivo Total, com redução de 2,75% em relação ao exercício anterior. O Passivo Não Circulante não possui saldos registrados, indicando ausência de passivos de longo prazo.

b) Imobilizado

O total de bens móveis e imóveis do IFRO atingiu R\$ 402,2 milhões, com um crescimento de 21,30% em relação ao ano anterior. Os bens móveis somam R\$ 125,95 milhões, destacando-se os aumentos em "Bens em Almoarifado" (+72,41%) e "Veículos" (+37,07%). Os bens imóveis somam R\$ 276,29 milhões, sendo que 58,30% desse total corresponde a bens de uso especial, especialmente imóveis educacionais (R\$ 158,31 milhões).

c) Intangível

O ativo intangível da instituição, essencialmente composto por softwares, totalizou R\$ 719,4 mil, com uma redução de 17,31%. A principal queda foi registrada em softwares com vida útil definida (-26,64%). O sistema de depreciação desses ativos ainda está em fase de testes, o que pode impactar avaliações futuras.

d) Fornecedores e Contas a Pagar

O saldo total de fornecedores a pagar em 31/12/2024 era de R\$ 2,81 milhões, registrando uma redução de 36,09%. A maior parte das obrigações se concentra nas unidades gestoras da Reitoria (31,23%), Campus Jaru (23,47%) e Campus Ji-Paraná (13,78%). Os dez principais fornecedores representam 71,98% do total contratado, com destaque para: Shekinah Construções e Serviços (R\$ 512,9 mil), Construtora Mosaico LTDA (R\$ 295,1 mil), Banco do Brasil S.A. (R\$ 256,7 mil).

e) Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do IFRO cresceu 18,95%, totalizando R\$ 366,95 milhões. O aumento se deve, principalmente, à evolução do resultado acumulado, que passou de R\$ 308,4 milhões em 2023 para R\$ 366,9 milhões em 2024. O resultado do exercício aumentou 82,67%, refletindo uma melhor performance financeira e orçamentária.

f) Obrigações Contratuais

As obrigações contratuais do IFRO totalizam R\$ 100,33 milhões, um aumento de 46,91% em relação a 2023. A maior parte dessas obrigações (92,99%) refere-se a serviços contratados, com destaque para unidades como: Reitoria (55,30% das obrigações), Campus Porto Velho Zona Norte (7,49%), Campus Colorado do Oeste (6,48%).

Com base nos dados apresentados, é possível observar os seguintes pontos sobre o desempenho financeiro e patrimonial do IFRO no exercício de 2024:

Quadro 7. Desempenho financeiro e patrimonial do IFRO

Equilíbrio Financeiro	A instituição apresenta redução de obrigações a pagar (- 36,09%) e aumento no patrimônio líquido (+18,95%), demonstrando gestão eficiente dos recursos. Houve uma redução no saldo de fornecedores, indicando pagamentos mais ágeis.
Expansão Patrimonial	O crescimento de 21,30% no imobilizado e a valorização dos bens imóveis e móveis indicam investimentos na infraestrutura da instituição. A maior parte do crescimento está nos bens de uso educacional (30,88%), refletindo melhorias na capacidade institucional.
Gestão de Obrigações Contratuais	Aumento expressivo de 46,91% nas obrigações contratuais, impulsionado principalmente por serviços terceirizados. Maior concentração de contratos na Reitoria (55,30%) e nos campi estratégicos.
Gestão de Ativos e Depreciação	O sistema de depreciação de bens móveis e intangíveis ainda está em desenvolvimento, o que pode impactar futuras avaliações patrimoniais.
Desempenho Orçamentário	O aumento no resultado do exercício (+82,67%) e a ampliação do resultado acumulado indicam melhor planejamento e execução financeira.

6. LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Lista de Quadros

- Quadro 1. Normas Direcionadoras
- Quadro 2. Matriz de Risco e Impacto
- Quadro 3. Principais ações realizadas pela PROPESP
- Quadro 4. Despesas Empenhadas com série Histórica
- Quadro 5. Despesas Pagas com série Histórica
- Quadro 6. Resumo Financeiro das Ações de Gestão de Pessoas
- Quadro 7. Desempenho Financeiro e patrimonial do IFRO

Lista de Figuras

- Figura 1. Distribuição geográfica do IFRO
- Figura 2. Mapa Estratégico do IFRO
- Figura 3. Organograma do IFRO
- Figura 4. Estrutura de Governança
- Figura 5. Modelo de Negócio do IFRO
- Figura 6. Cadeia de Valor do IFRO
- Figura 7. Índice de Sustentabilidade e Governança do IFRO
- Figura 8. Avanços na Pesquisa e na Inovação
- Figura 9. Avanços na Pós-graduação
- Figura 10. Relação com a Comunidade e com a Rede



Documento assinado eletronicamente por **Moisés José Rosa Souza, Reitor(a)**, em 25/03/2026, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2932690** e o código CRC **AAC9C064**.

Referência: Processo nº 23243.001993/2025-46

SEI nº 2932690